

# FUNDAMENTOS HISTÓRICOS-SOCIAIS DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

*ADÉLIA CRISTINA TORTORELI*

DIGITAL 

## **SOBRE OS AUTORES**

### **Adélia Cristina Tortoreli**

Mestrado em Educação - UEM.

Pós-graduação em Docência do Ensino Superior - Unicesumar.

Graduação em Pedagogia - UEM

Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá, na linha de pesquisa Formação de Professores, do Departamento de Teoria e Prática (2011). Tem Graduação em Pedagogia pela Universidade Estadual de Maringá (2007). Especialização em Docência no Ensino Superior pelo Centro Universitário de Maringá (UniCesumar) (2008). É professora de Pós-graduação Lato-sensu em Cursos de Educação e Coordenadora de Pós-graduação Lato-sensu Docência no Ensino Superior - Unicesumar - Centro Universitário de Maringá. Atualmente, é professora dos cursos de Artes Visuais e Música - Unicesumar - Centro Universitário de Maringá. Professora dos anos iniciais do ensino fundamental, da prefeitura Municipal de Maringá. Tutora a distância do Núcleo de Educação a Distância (NEAD) da - Universidade Estadual de Maringá, no curso de Licenciatura em Pedagogia.

# Introdução

Olá, caro(a) aluno(a)! É com grande satisfação e responsabilidade que apresentamos o livro "Fundamentos Históricos e Sociais da Educação Brasileira". Esse material foi organizado em quatro capítulos, nos quais procuramos priorizar alguns momentos da Educação Brasileira. Para a compilação desses estudos estabelecemos o recorte temporal de 1549 até a década de 2000. Vamos conhecer essas unidades?

Na Unidade I, o nosso objeto de estudo foi contextualizar a Educação no Brasil Colônia (1549-1759), com a chegada dos Jesuítas, os primeiros educadores, até a sua expulsão pelo Marquês de Pombal.

Na Unidade II, abordamos a Educação Brasileira na segunda metade do século XVIII (1759-1822) e o método de ensino Lancaster. Após a expulsão dos Jesuítas, o Estado passa a ter o domínio da Educação. Surge a necessidade de métodos mais racionais de investigação e conhecimentos que tinham como objetivo o controle dos resultados.

Na Unidade III, conheceremos alguns fatos importantes que marcam a criação de um sistema educacional durante o Segundo Reinado (1850-1889) e o Manifesto dos Educadores (1930). Esse manifesto tinha por objetivo implantar ideias de democracia, da escola pública, gratuita e laica para todos, a fim de criar um Sistema Nacional de Ensino.

Por fim, na Unidade IV, traremos alguns apontamentos do projeto educacional brasileiro no regime militar e o projeto de (re)democratização, a partir de 1980 até os dias atuais.

Caro(a) aluno(a), antes que você inicie as suas leituras e reflexões justificamos que esse trabalho está muito longe de esgotar a temática complexa e profunda da educação brasileira. Foi nossa intenção introduzir o assunto e esperamos que você aguace a sua curiosidade para pesquisas mais elaboradas e aprofundadas.

Bons estudos!

Um abraço, professora Adélia

## UNIDADE I

# A educação no Brasil Colonial (1549-1759)

*Adélia cristina tortoreli*

Olá, caro(a) aluno(a), nesta unidade estudaremos a educação no Brasil Colonial, no período compreendido entre (1549-1759). Conhecer os fundamentos históricos da Educação no Brasil é fundamental para entendermos a relação entre as mudanças que ocorrem na sociedade e os métodos de educação.

Nos “Primórdios da Educação no Brasil: os jesuítas” conheceremos os Jesuítas, organização fundada pelo padre Inácio de Loyola, juntamente com outros padres católicos que chegaram em terras brasileiras com a dupla finalidade de educação dos gentios e os filhos dos colonos portugueses. Os jesuítas possuíam um método de ensino chamado *Ratio Studiorum*.

No título “A primeira educação dos jesuítas: catequese e educação formal”, verificaremos que a companhia de Jesus ofertava uma educação para os gentios nas (missões) e outra educação (nos colégios) para os filhos dos colonos portugueses. Na sequência, “A educação dos escravos: a terceira educação”, perceberemos que a educação dada aos escravos negros estava organizada pelos senhores do engenho.

Por último, “O Marquês de Pombal: a expulsão dos jesuítas”, verificaremos algumas mudanças ocorridas na Europa e no território brasileiro. O Marquês de Pombal expulsa os Jesuítas e instaura uma reforma educacional no Brasil.

Desejo que você tenha bons momentos de estudo!

Um abraço,

Professora Adélia

# **Os primórdios da educação no brasil: os jesuítas**



FIGURA 1.4 - Igreja Jesuítica FONTE: Teister (123RF)

Durante os anos de 1549 a 1759, no período colonial, a educação no Brasil esteve a cargo dos Jesuítas, até a sua expulsão pelo Marquês de Pombal. Os motivos dessa expulsão serão tratados posteriormente. Neste período, os padres e irmãos da Companhia de Jesus educaram negros, índios, cristãos, portugueses de forma hegemônica.

Inácio de Loyola (1491-1556) juntamente com outros seis padres criaram a Companhia de Jesus, que surgiu em 1534, mediante a autoridade do Papa Paulo III (1534-1549) e em um contexto de reforma católica.

Essa ordem, não tinha, a princípio, a intenção inicial de Educação, mas consagrou-se como missionária, educativa e expandiu o Cristianismo em Portugal ou nos domínios da Coroa Portuguesa.

Uma das funções do rei católico era expandir o Cristianismo. “[...] Durante o século XVI, a Companhia de Jesus estruturou-se e consolidou-se, transformando-se, arriscaríamos a afirmar, na ordem religiosa mais importante da modernidade [...]” (COSTA; MENEZES, 2009, p.34).

A expansão no território Português no século XVI culminou na fundação de 30 colégios Jesuítas. No mundo, em 1749, havia mais de seiscentos e sessenta colégios. Após a criação desses colégios, a preocupação da companhia de Jesus era estabelecer regras para o ensino.

Em 1599, foi publicado o *Ratio Studiorum*, com 467 regras, e com duplo objetivo de orientar o conteúdo da educação, assim como uma organização para o ensino.

---

O *Ratio Studiorum*, que versa sobre a formação nos colégios jesuíticos e, portanto, não se refere ao período de alfabetização das crianças, prevê três graus do ensino: um elementar, chamado de curso de Humanidades; outro de formação superior, o de Filosofia ou Artes; e, por fim, o de formação profissional dos futuros padres, o curso de Teologia [...] .

(COSTA; MENEZES, 2009, p.34)

No entendimento de Ribeiro (1988), o *Ratio Studiorum*, enquanto um plano de estudo, fora organizado para atender a uma diversidade de interesses.

---

[...] diversificada, com o objetivo de atender à diversidade de interesses e de capacidades. Começando pelo aprendizado do português, incluía o ensino da doutrina cristã, a escola de ler e escrever. Daí em diante, continua, em caráter opcional, o ensino de canto orfeônico e de música instrumental, e uma bifurcação tendo em um dos lados, o aprendizado profissional e agrícola e, de outro, aula de gramática e viagem de estudos à Europa .

(RIBEIRO, 1988, pp.21-22)

Para Neto e Maciel (2008), o método dos jesuítas contemplava diferentes objetivos.

---

O método educacional jesuítico foi fortemente influenciado pela orientação filosófica das teorias de Aristóteles e de São Tomás de Aquino, pelo Movimento da Renascença e por extensão, pela cultura europeia. Apresentava como peculiaridades a centralização e o autoritarismo da metodologia, a orientação universalista, a formação humanista e literária e a utilização da música .

(NETO; MACIEL, 2008, p.12)

É importante destacar que a educação do *Ratio Studiorum* estava centralizada nos colégios e não se ocupava da alfabetização das crianças. As línguas clássicas, grego e latim, tinham por objetivo a disciplina, retórica e competição entre os alunos, que eram estimuladas "[...] com sessões solenes de entrega de prêmios aos melhores" (COSTA; MENEZES, 2009, p.34).

## ¶ Ampliando o conhecimento

Você sabia que o *Ratio Studiorum* possui 467 regras?

Para conhecer essas regras, acesse o link a seguir: [www.histedbr.fe.unicamp.br  
<http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/fontes\\_escritas/1\\_Jesuitico/ratio%20studiorum.htm>](http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/fontes_escritas/1_Jesuitico/ratio%20studiorum.htm)

# A primeira educação dos jesuítas: catequese e educação formal



FIGURA 2.4 - Escola Jesuítica FONTE: Шевченко [123RF]

Os primeiros jesuítas foram chefiados pelo padre Manoel da Nóbrega (1517-1570), e chegaram às terras brasileiras em 1549. Dentro as primeiras atribuições dos jesuítas estavam a catequese e a conversão dos índios e ensinar as primeiras letras para as crianças brancas. “[...] os primeiros jesuítas viam nos índios seres bons com maus comportamentos, e o papel que se imbuíram foi o de restaurar a verdadeira natureza dos gentios” (COSTA; MENEZES, 2009, p.35).

Em 1549, o padre Manoel da Nóbrega enviou uma carta para Don Navarro, em Portugal. Nas suas primeiras impressões os gentios praticavam o canibalismo, a nudez e a poligamia.

O pior dos erros estava em se afastar ou contrariar as virtudes cristãs. Ao “[...] devolver a verdadeira natureza aos gentios era transformá-los em cristãos, afastando-os de práticas nefastas [...]” (COSTA; MENEZES, 2009, p.35).

Para Nóbrega e outros jesuítas, a educação ou a catequização dos índios seria fácil, pois eles não possuíam nenhuma racionalidade religiosa anterior. Todavia, essa tarefa não foi das mais fáceis e alguns gentios não se converteram e, em outros casos, o relaxamento moral dos portugueses não contribuía para o fortalecimento dos objetivos dos jesuítas.

Os portugueses adotavam "[...] comportamentos condenáveis, como o concubinato com várias mulheres indias e a escravização de gentios, usando-os como serviçais [...]" (COSTA; MENEZES, 2009, p.36). Uma das alternativas encontrada pelos jesuítas para catequizar os gentios foi afastá-los dos cristãos brancos em comunidades, que chamavam aldeamentos. A catequização passou a se concentrar primeiro nos curumins, ou nos filhos dos índios.

Os jesuítas contavam, ainda, com o apoio do rei de Portugal, que enviou às terras brasileiras crianças que eram cuidadas pela coroa portuguesa. "[...] Para interagirem com as crianças indias, de forma a aprender sua língua e ensinar-lhes a língua do branco [...]" (COSTA; MENEZES, 2009, p.39).

A vida amorosa de catequização dos índios foi alterada pela submissão contra tribos indígenas que não se submetiam às formas de conversão do Cristianismo. Essa mudança ocorreu no século XVI, por volta da década de 50. A Educação dos filhos dos gentios continuava a mesma. O aprendizado se resumia às primeiras letras, a fim de contribuir para a catequese.

## ¶ Ampliando o conhecimento

O Filme "A Missão" é uma excelente oportunidade para conhecer um pouco da relação entre os jesuítas e os índios. Nesse filme percebemos, também, os interesses econômicos dos europeus. O tratamento com os gentios é alterado negativamente.

**Nome do filme:** A MISSÃO

**Diretor:** Roland Joffé

**Elenco:** Robert De Niro, Jeremy Irons, Ray McAnally, entre outros

**Gênero:** Drama, Aventura

No final do século XVIII Mendoza (Robert De Niro), um mercador de escravos, fica com crise de consciência por ter matado Felipe (Aidan Quinn), seu irmão, em um duelo, pois Felipe se envolveu com Carlotta (Cherie Lunghi). Ela havia se apaixonado por Felipe e Mendoza não aceitou isto, pois ela tinha um relacionamento com ele. Para tentar se penitenciar Mendoza se torna um padre e se une a Gabriel (Jeremy Irons), um jesuíta bem-intencionado que luta para defender os índios, mas se depara com interesses econômicos.

Disponível em: [www.adorocinema.com/filmes/filme-2152/](http://www.adorocinema.com/filmes/filme-2152/)

Você poderá assistir ao filme completo por meio do site: [gloria.tv](http://gloria.tv)  
<https://gloria.tv/video/3hF314UDFYMBAREIdCdnCtcqf>.

A Educação dos filhos dos portugueses era distinta da aprendizagem oferecida para os gentios. Enquanto esses últimos recebiam uma educação voltada para as primeiras letras para serem catequizados, os filhos dos portugueses e os futuros membros da Companhia de Jesus recebiam, no Brasil Colônia, uma educação formal, nos colégios jesuítas.

Por volta do Século XVI, a vida escolar nas províncias era oferecida com base no *Ratio Studiorum*. “[...] No Brasil não era possível aplicar todas as regras pelo simples fato de que não havia estudantes e professores suficientes para que fossem abertos todos os cursos e classes correspondentes [...]” (COSTA; MENEZES, 2009, p.38).

O padre José de Anchieta utilizava o teatro e o canto para ensinar as crianças indígenas e os filhos dos portugueses. Com esses métodos, ele apresentava as mensagens cristãs tocando a alma dos pequenos pelo medo e emoção.

Para facilitar a comunicação com os gentios, as peças teatrais e os cantos de Anchieta eram encenados, escritos e cantados na língua Tupi servindo como manual de estudos para os futuros missionários e conversão dos índios.

**O que podemos concluir sobre a primeira educação e a ação pedagógica dos Jesuítas no Brasil?**

A primeira educação teve dois caminhos distintos. Para os gentios (índios) era a conversão nos locais onde os europeus não tinham acesso ou controle, isso ocorria nas missões ou reduções. Nos colégios, a educação era para os filhos de portugueses.

**Mas será que a colonização ocorreu de forma pacífica?**

Desde os primórdios da colonização, a relação entre os religiosos e os colonos foi bastante conflituosa: os últimos, ávidos por reduzir os índios à escravidão; os primeiros, contrários ao cativeiro dos nativos. “Esse choque acabou por levar os religiosos a estabelecer as missões o mais distante possível da ação dos colonos. Entretanto, à medida que a colonização avançou, os choques tornaram-se inevitáveis” (COSTA; MENEZES, 2009, p.42).

Cale lembrar, ainda, que os índios foram utilizados como mão de obra e substituídos depois pelos escravos africanos.

---

[...] em razão da baixa densidade demográfica da população nativa, dos surtos epidêmicos que reduziram essa população, as fugas e a proteção dos jesuítas, a mão de obra indígena precisou ser substituída, passando-se para a escravização do negro africano, que já havia sido utilizado nas colônias portuguesas no continente africano. Da mesma forma que o índio, o negro precisava ser inserido no contexto da cultura portuguesa, ou seja, era preciso converter os gentios ao serviço divino e da Coroa portuguesa .

(OLIVEIRA, 2012, p.78)

Até o presente momento, conhecemos duas formas de educação orientada pelos Jesuítas: a primeira sendo uma educação voltada para os gentios em forma das primeiras letras e catequização nas missões. A segunda, a educação formal, ofertada nos colégios jesuítas para os descendentes de portugueses. A terceira, que conheceremos a seguir, é a educação para os escravos.

## A educação dos escravos: a terceira educação

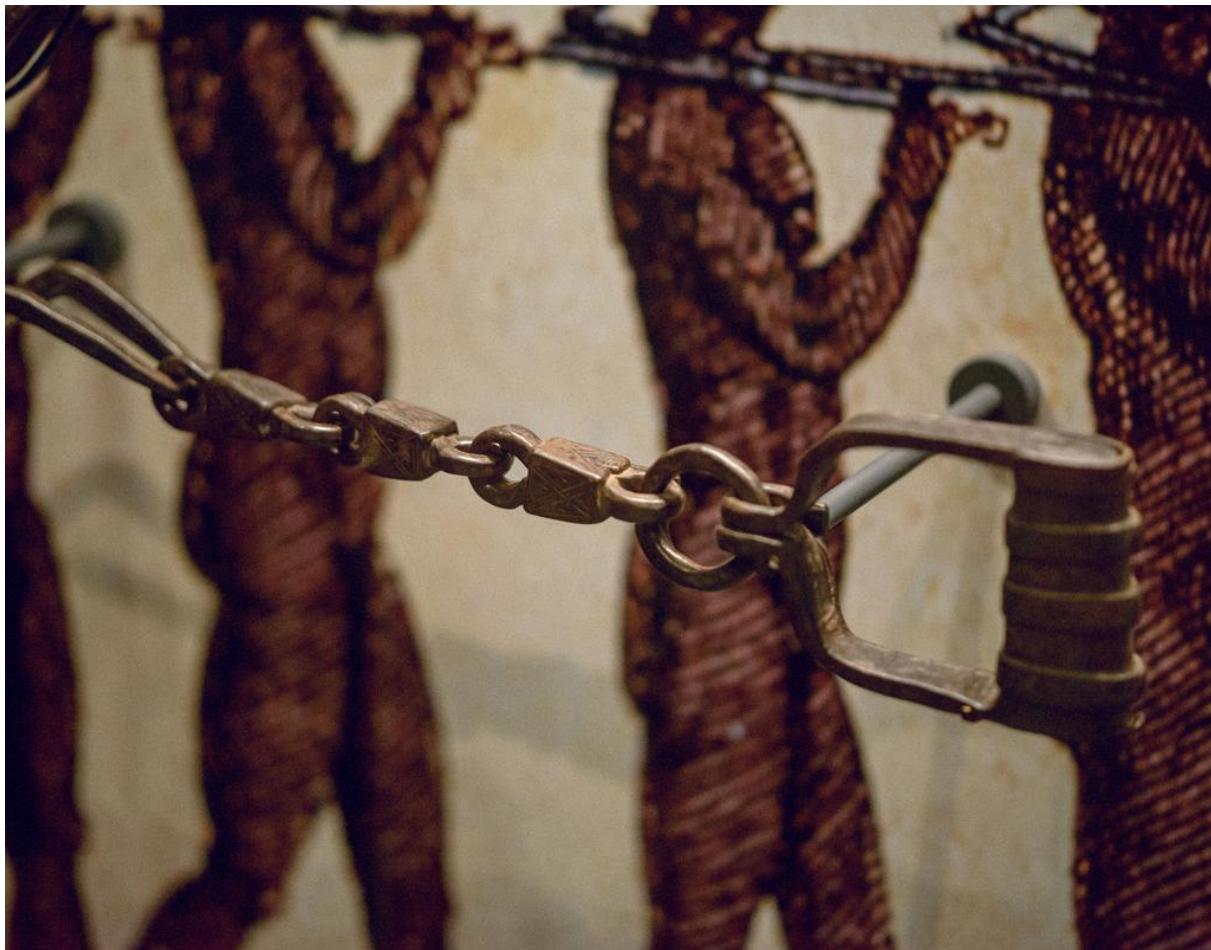


FIGURA 3.4 - Educação dos escravos FONTE: Kelleher (123RF)

A terceira educação ocorreu fora das missões e dos colégios jesuítas. Nos dois primeiros séculos de colonização, a educação dos escravos ocorreu dentro dos engenhos quando a mineração atingiu uma atividade capaz de organizar a vida das colônias. [...] **Era no engenho que vivia a maioria da população - senhores, trabalhadores livres e familiares, e os escravos. As festas religiosas - principais acontecimentos sociais - ocorriam no engenho [...]** (COSTA; MENEZES, 2009, p.40).

No período colonial, o senhor do engenho era obrigado a construir uma Igreja e pagar para um padre rezar as missas dominicais. O número de letrados era muito baixo e quase não havia livros. Em razão dessa situação, os sermões e a propagação da cultura europeia aconteciam pela oralidade.

No entendimento de Médice (2011, p.23), "[...] o escravo terá o capataz como seu professor e o chicote como único recurso pedagógico que lhe ensinará com o sangue a trilhar o duro caminho da submissão e da dor".

De acordo com Vilela (1997, p.108),

---

A Igreja [entenda-se o cristianismo] deparou-se com a escravidão como uma instituição profundamente enraizada na vida social [...], e aparentemente indispensável; assim, ela não estava de início em condição de modificar essa situação. Portanto, ela reconheceu a escravidão, e teve ela própria escravos em suas propriedades. Mas, desde o início, movida pela convicção da igualdade de todos os homens diante de Deus, a Igreja esforçou para transformar as relações puramente legais entre os senhores e escravos em uma situação moral [...].

Pode-se observar que a Igreja Católica atendeu aos princípios que já estavam organizados na sociedade. Embora, não houvesse a possibilidade de se alterar as relações entre senhores e escravos, essa instituição se esforçava para encontrar um equilíbrio entre a dureza dos senhores dos engenhos e a caridade cristã.

## 0 marquês de pombal: a expulsão dos jesuítas

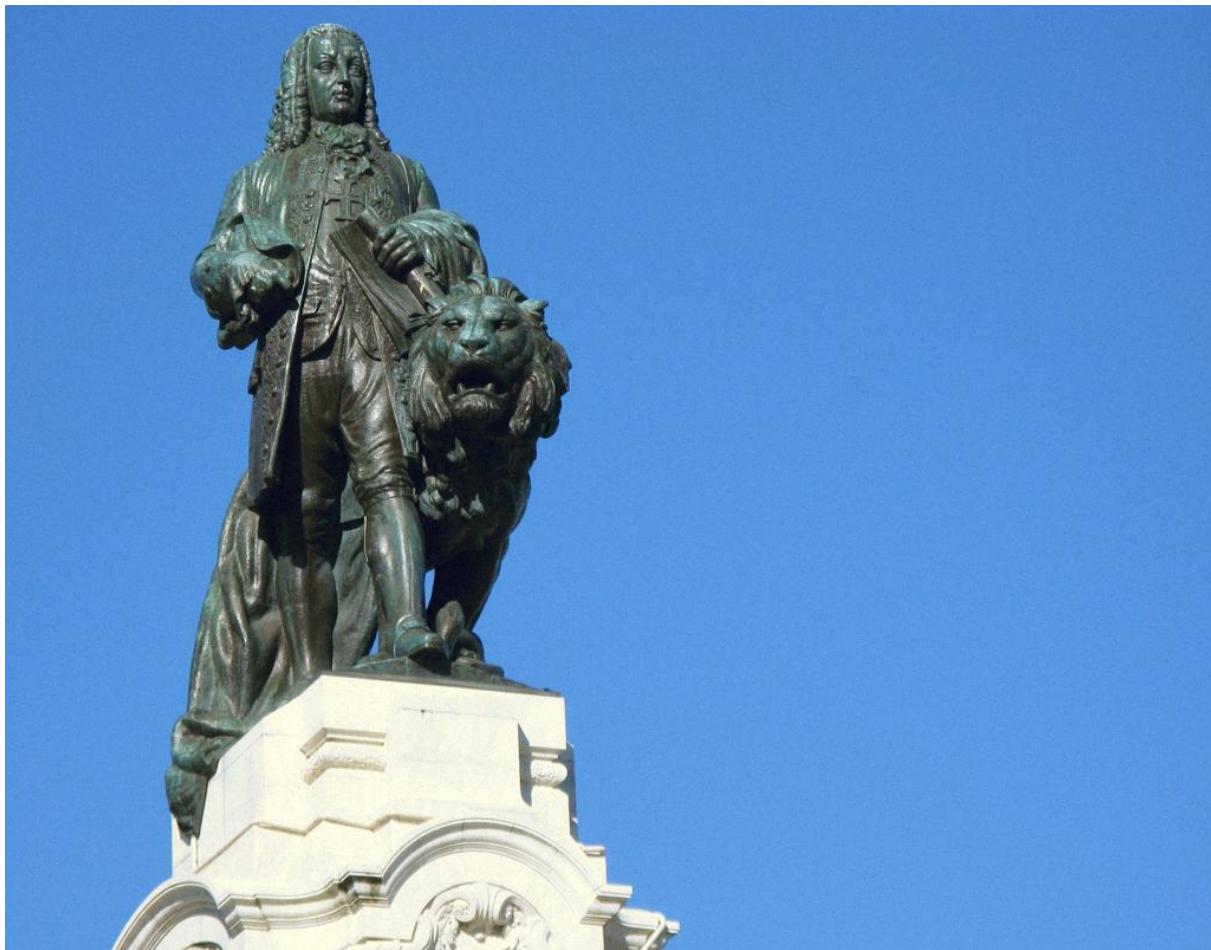


FIGURA 4.4 - Marquês de pombal FONTE: Hateren (123RF)

Com a descoberta do ouro, a ocupação do Brasil alterou-se de forma significativa. As ocupações europeias que até o início do século XVIII se limitavam ao litoral, adentraram nos espaços no interior de Goiás, Cuiabá e Minas Gerais. [...] **As características da mineração levaram a uma rápida urbanização dessa região. Aí, a vida social deixou de ter o engenho como polo: a cidade passou a ser o centro de sociabilidade [...]** (COSTA; MENEZES, 2009, p.41).

A associação entre mineração e urbanização dizimou praticamente todas as populações nativas. A língua predominante passa a ser o português. A coroa portuguesa não permitiu que o clero permanecesse junto às minas, o que abriu espaço para a criação de irmandades leigas.

Cabe enfatizar nesse momento, que se no Brasil estavam ocorrendo mudanças significativas, na Europa outras modificações, ainda mais profundas, estavam em desenvolvimento. Essas últimas iriam alterar profundamente os caminhos da nossa história.

## Ampliando o conhecimento

### **Vamos conhecer os princípios do Iluminismo?**

A partir aproximadamente dos meados do século XVIII, tendo como polo irradiador a França, disseminou-se pela Europa um conjunto de ideias que combatiam o Antigo Regime, ou seja, a sociedade de ordens.

Os Iluministas tinham como princípios básicos a igualdade jurídica, o racionalismo e a crença no progresso. Com base nesses princípios, acreditavam que a sociedade deveria ser transformada e que um poderoso instrumento para essa transformação dos homens seria a educação (COSTA; MENEZES, 2009, p.42).

Os ideais Iluministas combatiam o velho regime e os Iluministas portugueses começaram a lutar por uma série de reformas no ensino que, até então, estavam a encargo dos Jesuítas.

Para Oliveira, Borges, Bortolossi, Marques e Costa (s.d., p.2),

---

o principal objetivo da corrente iluminista era que a sociedade fosse guiada pela racionalidade, uma vez que, a razão garantiria a liberdade individual e a felicidade plena do indivíduo. Nessas condições, pode-se reafirmar que há uma ruptura no pensamento do homem europeu, que antes era representada pela crença medieval teocêntrica, onde um único Deus explicava e decidia a vida dos homens na terra.

Com a nomeação de Marquês de Pombal, em 1750, por D. José I, os desejos dos portugueses começam a se tornar uma possibilidade de mudança.

---

"[...] Após a tentativa de assassinato do rei - em que os jesuítas foram considerados implicados e o episódio dos Sete Povos das Missões na região sul do Brasil, os padres da Companhia de Jesus foram expulsos tanto do Reino quanto do Brasil [...]" .

(COSTA; MENEZES, 2009, p.43)

A partir da visão de Seco e Amaral (2006), Marquês de Pombal tinha interesses de Estado e políticos na expulsão dos jesuítas.

---

Para ele, o afastamento dos jesuítas dessa região significava tão somente, assegurar o futuro da América Portuguesa através do povoamento estratégico. O interesse de Estado acabou entrando em choque com a política protecionista dos jesuítas para com os índios e melindrando as relações com Pombal, tendo este fato entrado para a história como “uma grande rivalidade entre as idéias iluministas de Pombal e a educação de base religiosa jesuítica”.

(SECO; AMARAL, 2006, p.5)

Com a expulsão dos jesuítas ocorreram as reformas de ensino, sobretudo, na Universidade de Coimbra. As aulas régias no Brasil, a criação do Colégio dos Nobres de Portugal e a criação de aulas de comércio podem ser consideradas as mudanças mais visíveis formuladas por Marquês de Pombal, conhecidas também como reformas pombalinas.

## ¶ Ampliando o conhecimento

### **Vamos compreender o que são aulas régias?**

As aulas régias compreendiam o estudo das humanidades, sendo pertencentes ao Estado e não mais restritas à Igreja - foi a primeira forma do sistema de ensino público no Brasil. Apesar da novidade imposta pela Reforma de Estudos realizada por Marquês de Pombal, em 1759, o primeiro concurso para professor somente foi realizado em 1760, e as primeiras aulas efetivamente implantadas em 1774, de Filosofia Racional e Moral.

### **Você sabia que essas aulas eram pagas com vinho e carne?**

Em 1772 foi criado o Subsídio Literário, um imposto que incidia sobre a produção do vinho e da carne, destinado à manutenção dessas aulas isoladas. Na prática, o sistema das Aulas Régias pouco alterou a realidade educacional no Brasil, tampouco se constituiu em uma oferta de educação popular, ficando restrita às elites locais.

Disponível

em:

[www.histedbr.fe.unicamp.br](http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/glossario/verb_c_aulas_regias.htm).

<[http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/glossario/verb\\_c\\_aulas\\_regias.htm](http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/glossario/verb_c_aulas_regias.htm)>

Todavia, as reformas não ocorreram somente no campo educacional, atingindo ainda uma série de reformas administrativas. A administração de Marquês de Pombal tinha cunho extremamente autoritário, conhecida também como despotismo esclarecido “despotismo esclarecido” (COSTA; MENEZES, 2009).

## ¶ Para refletir

### Vamos conhecer o significado de Despotismo Esclarecido?

O despotismo esclarecido foi uma forma reformista de governar, característica da Europa, e era apoiada por princípios Iluministas. Desenvolveu-se no Leste Europeu onde a economia ainda era atrasada e a burguesia era muito fraca ou inexistente. O despotismo esclarecido visava acelerar o processo de modernização de alguns países e assim aumentar seu poder e prestígio, a fim de enfraquecer a oposição ao seu governo. Argumentam que governam em nome da felicidade dos povos.

Disponível em: [historiadomundo.uol.com.br/idade-moderna/despotismo-esclarecido.htm](http://historiadomundo.uol.com.br/idade-moderna/despotismo-esclarecido.htm)

## 📘 Indicação de leitura

**Nome do livro:** História da Educação Brasileira

**Editora:** Cortez

**Autor:** Paulo Ghiraldelli Jr.

**ISBN:** 8524923458

**ISBN:** 978-8524923456

O livro retrata a evolução da História da Educação Brasileira no Brasil. Apresenta alguns documentos legais que norteiam a educação, assim como as principais correntes teóricas e filosóficas desde o Brasil Colônia, até os dias atuais.

## Indicação de leitura

**Nome do livro:** História da Educação Brasileira: leituras

**Editora:** Cengage

**Autor:** Maria Lucia Spedo Hilsdorf

**ISBN:** 8522114021

**ISBN:** 9788522114023

O objetivo do livro é dirigido a instrumentalizar os futuros docentes e profissionais da educação acerca da História da Educação Brasileira.

>

## UNIDADE II

# A educação brasileira na segunda metade do século XVIII (1759-1822) e o método de ensino de Lancaster

*Adélia cristina tortoreli*

Olá, caro(a) aluno(a)! Nesta unidade, abordaremos alguns aspectos da educação brasileira na segunda metade do século XVIII (1759-1822) e o método de ensino de Lancaster.

Em “REFORMAS DO MARQUÊS DE POMBAL EM PORTUGAL”, verificaremos que com a expulsão dos Jesuítas o ensino fica a cargo do Estado. Uma série de medidas administrativas e de ensino foram criadas, a fim de superar a crise enfrentada em vários setores da sociedade.

Na sequência, em “A EDUCAÇÃO BRASILEIRA NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XVIII E OS OBSTÁCULOS À EXPANSÃO DO ENSINO”, veremos que ao longo desse século a difusão do ensino nas colônias atravessou vários obstáculos de ordem administrativas e de ensino. Fatores como a cultura e religiosidade também corroboram.

No título “ESTADO E IGREJA: APROXIMAÇÕES E ANTAGONISMOS NO ÂMBITO DO ENSINO”, apresentaremos algumas relações de poder entre Estado e Igreja, assim como a nova orientação pedagógica pombalina.

Em “OS MÉTODOS NA MODERNIDADE”, estudaremos a necessidade de métodos mais racionais de investigação e conhecimentos que tinham como objetivo o controle dos resultados.

Por fim, em “O MÉTODO LANCASTERIANO”, conheceremos a organização do tempo escolar, as atividades pedagógicas, a função do mestre e do monitor, o ensino de leitura e aritmética, os processos de avaliação, premiação e castigos. Sendo que o objetivo era estabelecer a ordem, a moralidade que a sociedade vigente necessitava.

# As reformas do marquês de pombal em portugal

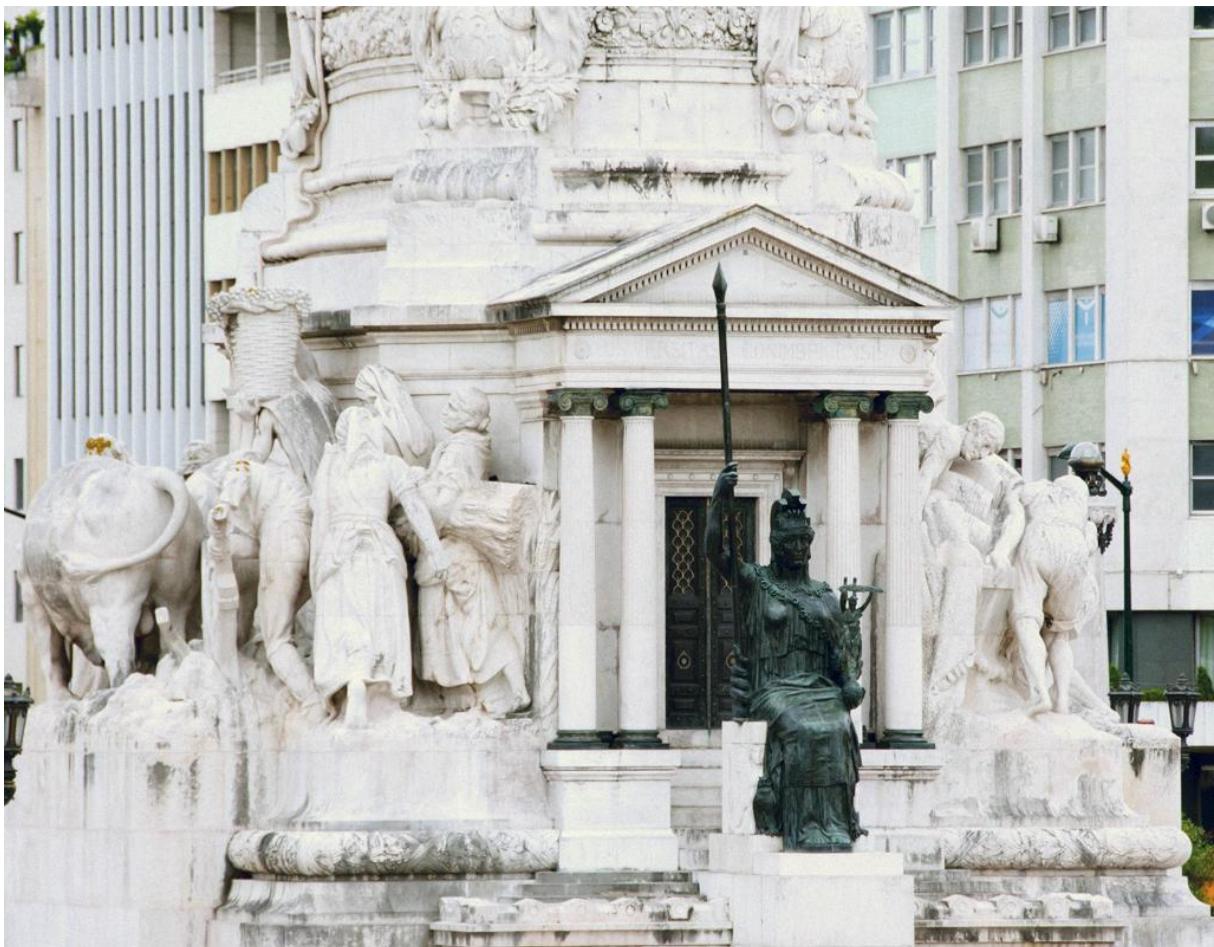


FIGURA 1.2 - Monumento em Portugal FONTE: Wojcik (123RF)

Com a expulsão dos Jesuítas pelo Marquês de Pombal (1699-1782), o Estado assume a responsabilidade do ensino nos territórios de domínio português. As reformas pombalinas estão diretamente ligadas à crise da colônia.

No século XVIII, mais precisamente na sua metade, a monarquia portuguesa estava enfrentando um quadro de crise em vários setores da sociedade. Diante dessa situação, o Marquês de Pombal, então secretário de Estado, organizou uma série de medidas para resolver os problemas de ordem econômica e cultural (VERALDO, 2009).

Um dos objetivos do Marquês de Pombal era produzir reformas administrativas com o intuito de incentivar as novas indústrias e o comércio que estavam surgindo.

---

Marquês de Pombal, ao assumir o cargo de Ministro, formulou e implementou reformas administrativas, visando tornar mais ágil e eficiente a máquina administrativa do Estado e aumentar a arrecadação. Ainda no campo das reformas administrativas e econômicas, pretendia com essas medidas dinamizar a economia nacional e incentivar o desenvolvimento das indústrias e das companhias de comércio - surgiram indústrias têxteis de seda e de lã; chapéu; tapetes; fundições; cerâmicas; laticínios; vidros; sabão; entre outras .

(MACIEL; NETO, 2006, p.5)

O antigo regime estava sendo contestado por jovens estrangeiros com ideais de renovação cultural. Nesse período, surgia a necessidade de um espírito científico moderno.

---

Também foi importante o papel desempenhado pelos "estrangeirados", os quais tiveram contato com os movimentos de renovação cultural e com o desenvolvimento da ciência experimental em outros países. Esses jovens criticaram ruidosamente as instituições do Antigo Regime e o atraso cultural português e defenderam a necessidade de abertura ao espírito científico moderno .

(VERALDO, 2009, p.46)

De acordo com Veraldo (2009), o panorama de atraso e as novas ideias proporcionaram várias reformas no campo educacional, a saber:

---

decreto impedindo os jesuítas de exercerem o ensino nos domínios portugueses;

a transferência do controle do ensino para o Estado;

a instituição das aulas de Gramática Latina e Hebraica e de Retórica;

a criação de uma Aula de Comércio em Lisboa (1755);

a fundação do Colégio Real dos Nobres de Lisboa (1761);

a Reforma da Universidade de Coimbra (1772);

a Reforma dos Estudos Menores (1772);

estabelecendo oficialmente escolas de ler e escrever;

a cobrança do Subsídio Literário, imposto especial para as Escolas Menores (VERALDO, 2009, p.46).

Imbuídos do espírito de renovação cultural e ampliar a produção de conhecimentos com base na experiência e na observação, foram criadas várias instituições em Portugal (VERALDO, 2009, p.46).

- 
- o Jardim Botânico;
  - o Observatório Real Astronômico da Marinha;
  - a Academia Real da Marinha;
  - a Academia dos Guarda-Marinhas;
  - o Gabinete de Física Experimental e de História Natural;
  - algumas Sociedades Científicas.

Dante de tantas reformas, qual era realmente o objetivo da nova renovação cultural? "[...] criar uma nova elite cultural que, de posse de um pensamento racional, científico, e ao mesmo tempo pragmático, pudesse transformar em realidade os intentos reformistas portugueses (VERALDO, 2009, p.46).

Maciel e Neto (2006), traçam um pensamento que nos levam a refletir sobre a reforma do ensino e a destruição da organização dos jesuítas.

---

A reforma de ensino pombalina pode ser avaliada como sendo bastante desastrosa para a Educação brasileira e, também, em certa medida para a Educação em Portugal, pois destruiu uma organização educacional já consolidada e com resultados, ainda que discutíveis e contestáveis, e não implementou uma reforma que garantisse um novo sistema educacional [...] .

(MACIEL; NETO, 2006, p.7)

Dante do exposto, verifica-se que uma nova sociedade estava surgindo. Com ela, um novo pensamento e modelo de homem. As ideias Iluministas possibilitaram que o Marquês de Pombal empreendesse mudanças profundas tanto na sociedade quanto no sistema educacional. Todavia, elas não contribuíram de forma significativa para o avanço educacional brasileiro.

# A educação brasileira na segunda metade do século XVIII e os obstáculos à expansão do ensino

No campo do ensino, na Colônia Brasileira, ocorreram reformas somente para os estudos menores. Esses estudos eram escolas de ler, escrever e contar, além de cadeiras de estudos menores de latim, grego, retórica, filosofia e desenho.

Famílias abastadas encaminham seus filhos para o término de seus estudos superiores em Portugal. Os ideais de monarquia e da Igreja seriam os componentes desses estudos.

## ¶ Ampliando o conhecimento

Conheça, agora, algumas reformas realizadas pelo Marquês de Pombal na metade do século XVIII e que afetaram a Colônia Brasileira. Dentre essas reformas, está a expulsão dos Jesuítas e a proibição do uso dos livros desses educadores (VERALDO, 2009).

- 19/05/1759 - Criação da Aula do Comércio em Portugal;
- **28/06/1759 - Fechamento dos Colégios dos Jesuítas e criação das aulas avulsas de Gramática Latina, Grega e Hebraica, Retórica e Filosófica;**
- 06/07/1759 - Indicação do Diretor-Geral dos Estudos e determinação dos concursos para professores;
- 03/09/1759 - Expulsão geral dos Jesuítas;
- **20/12/1759 - Proibição do uso dos livros dos Jesuítas;**
- 05/04/1768 - Criação da Real Mesa Censória;
- 04/06/1771 - Atribuição da responsabilidade pelos Estudos Menores à Real Mesa Censória;
- 08/08/1772 - Aprovação dos novos Estatutos da Universidade;
- 06/11/1772 - Lei e Mapa dos Estudos Menores e instrução dos professores;
- 10/11/1772 - Criação do Subsídio Literário.

Dante do breve exposto, observa-se uma centralização do poder de Marquês de Pombal. Todavia, com a carta Régia de D. João, em agosto de 1799, confirma-se a descentralização que já estava ocorrendo desde 1794. “[...] A criação de aulas régias e o provimento de professores passaram a depender da atuação das autoridades e da produtividade dos gêneros sobre os quais incidia essa taxa” (VERALDO, 2009, p.49).

A difusão do ensino na colônia brasileira sofreu vários obstáculos que cooperam para a implantação das medidas do Marquês de Pombal, dentre elas, as aulas régias: "[...] A tardia conquista de autonomia administrativa de muitas capitâncias, o isolamento geográfico; a ausência de estradas, meios de transporte e de comunicação precários; o escasso povoamento" (VERALDO, 2009, p.49).

Havia um baixo número de pessoas interessadas nas aulas régias e os motivos eram os mais variados; um deles é que a entrada nos cargos administrativos dependia mais de riqueza, do que das capacidades adquiridas por meio da educação.

Uma parcela considerável dos jovens estava envolvida com a prática da guerra. A ocupação com o mundo do trabalho nas atividades agrícolas, além da preservação da escravidão que ainda existia no sistema colônia, era impedimento para a expansão do ensino. A religiosidade e a cultura da oralidade também corroboravam para a superação dos obstáculos.

O uso indevido dos recursos também eram obstáculos para o ensino nas capitâncias. "[...] Outro obstáculo à difusão do ensino nas capitâncias era a aplicação indevida dos recursos do Subsídio Literário ou da Nova Contribuição Literária [...] em outras atividades que os governadores consideravam prioritárias" (VERALDO, 2009, p.49).

Conclui-se que os obstáculos para o ensino tinham origem em diferentes frentes. Os interesses específicos daqueles que controlavam os recursos financeiros favoreceram essa situação, na medida em que os governadores optavam por utilizar os recursos em outras áreas da sociedade.

## Estado e igreja: aproximações e antagonismos no âmbito do ensino

As relações de poder entre Estado (governadores) e Igreja (Bispos) de Portugal estavam permeadas por aproximações e antagonismos no que diz respeito ao ensino do latim, o pagamento de professores, ordenação de padres, entre outros. Essas relações afetavam o ensino no Brasil.

Todavia, podemos observar que algumas aproximações também foram acordadas entre Estado e Igreja. A formação "civil cristão", a leitura e escrita para os meninos eram uma dessas aproximações. Era preciso "[...] desenvolver entre os homens as civilidades necessárias ao mundo urbano que crescia, sem perder de vista a subserviência à monarquia e aos preceitos da Igreja" (VERALDO, 2009, p.51).

¶ Para refletir

A essa altura, podemos nos perguntar: qual era a meta do ensino?

De modo geral, pode-se dizer que as metas compunham um misto de atender as necessidades e tornar mais dinâmica e produtiva a sociedade da colônia. Por outro lado, impondo o temor a Deus e obediência ao Rei. Nesse quesito, Estado e Igreja partilhavam dos mesmos ideais. Em outras palavras, ambas as instituições tinham interesses em comum. Uma aliança fortaleceria o cumprimento das metas para o desenvolvimento do Brasil colônia.

Em 1770, foi recomendado um conjunto de livros para o ensino das primeiras letras. Qual a intenção desses livros?

Eles traziam os conteúdos (catecismo, História do Antigo e Novo Testamento, a vida dos Reis, as obrigações dos homens, os deveres para com Deus e o Rei). "[...] Era preciso, portanto, assimilar as Primeiras letras, reproduzir os ensinamentos cristãos, valorizar a nação portuguesa e seus senhores (os reis) e aprender a se comportar nessa ordem social" (VERALDO, 2006, p.53).

A nova orientação pedagógica Pombalina e, por consequência, o ensino, deveriam estar em consonância com os objetivos da coroa portuguesa.

---

[...] Sem ferir os interesses da fé, porque foi com homens de maior expressão na vida religiosa que D. José conta para a realização dos seus fins políticos, a reforma pombalina, moderada nos seus pruridos regalistas, visava formar, na ordem civil o cristão útil aos seus propósitos (CARVALHO, 1978, p.84).

Diante do breve exposto, concluímos que muitas reformas pombalinas ligadas ao ensino vieram a fortalecer o reinado e o império português. O conjunto de reformas e o ensino contribuíram ainda que, indiretamente, para a propagação das ideias Iluministas.

## Os métodos na modernidade

O projeto da modernidade e do Iluminismo prevê uma nova forma de investigação e conhecimentos. Surge, então, a necessidade de métodos com características de produção de racionalidade com fins de controle de resultados.

Ciência experimental e conhecimento racional se opõem ao saber religioso e filosófico. Nomes, como Maquiavel (1469-1527), Francis Bacon (1561-1626) e Descartes (1596-1650) nos ajudam a perceber as grandes mudanças na produção de métodos com racionalidade.

A introdução dos métodos no século XIX possuíam um caráter de rigor disciplinar, autoritário e controle em nome de um ideal de civilidade. Esses métodos acompanharam a transição da sociedade escravista para a mão de obra livre e, posteriormente, assalariada.

E na esfera cultural, houve mudanças? Qual era a crença que se tinha na Educação?

---

Na esfera cultural, a influência se deu a partir dos ideais positivistas e liberais, plasmados nas propostas de defesa da harmonia social, da uniformização do caráter nacional e, principalmente, na crença do potencial transformador da educação. Tomada como instrumento de poder e com capacidade para promover a transformação social, a educação foi considerada como fenômeno inovador durante todo o século XIX (NEVES, 2006, p.59).

### ¶ Para refletir

Nesse período, a Educação não tinha a intenção de uma independência intelectual. O objetivo era disciplinar o corpo e a mente (NEVES, 2006, p.59).

A Lei de 15 de outubro de 1827 institui um método oficial: Método do Ensino Mútuo ou Método Lancasteriano. O que se pretendia com esse método? Qual o interesse das elites?

---

o interior das relações contraditórias, do emergente estado nacional, o processo “civilizatório” das elites buscou consolidar-se por meio das medidas educacionais, fundamentalmente pelas inovações dos princípios do Método Lancasteriano, o qual se pautava pela manutenção da ordem, da disciplina e da obediência para a população livre e pobre.

(NEVES, 2006, p.06)

O Método Lancasteriano tinha o objetivo de ensinar um maior número de alunos, com poucos recursos, menor tempo e qualidade de ensino. Os mais qualificados ensinavam os demais.

#### O método lancasteriano

Joseph Lancaster (1778-1838) estabeleceu, em Londres, no final do século XVIII mais precisamente em 1798, uma escola para filhos da classe trabalhadora. Lancaster começou a divulgar o seu trabalho e, em 1811, contava com mais de 30 mil alunos no território inglês. A partir de 1814, o método atingiu limites para além da Inglaterra. Antes que a primeira década do século XIX acabasse, o método expandiu para além de Londres e Estados Unidos, atingindo vários países.

Quando o Método Mútuo ou Lancasteriano foi implantado no Brasil?

---

a implantação do Método do Ensino Mútuo ou do Método Lancasteriano, entendidos pelos ilustrados da época como sinônimos, em caráter oficial fez-se por meio da Lei de 15 de outubro de 1827, período que marca o início da descolonização, da instituição do Estado Nacional e da organização dos projetos que esse Estado se propôs a desenvolver (NEVES, 2003, p.95).

Com a Independência do Brasil, em 1822, a elite monarquista utilizou o Método Lancasteriano como meio eficaz de propagação da educação pública. O argumento utilizado era o de evitar as revoltas sociais e, ao mesmo tempo, criar a unidade configurando a ordem e a civilização.

A elite necessitava dessa disciplinarização. A sociedade vivia um momento pré-anárquico e a ordem pública instaurada era precária (PRADO JUNIOR, 1979).

## A estrutura física da escola Lancasteriana: a organização do tempo escolar, a distribuição das atividades pedagógicas, o mestre e o aluno

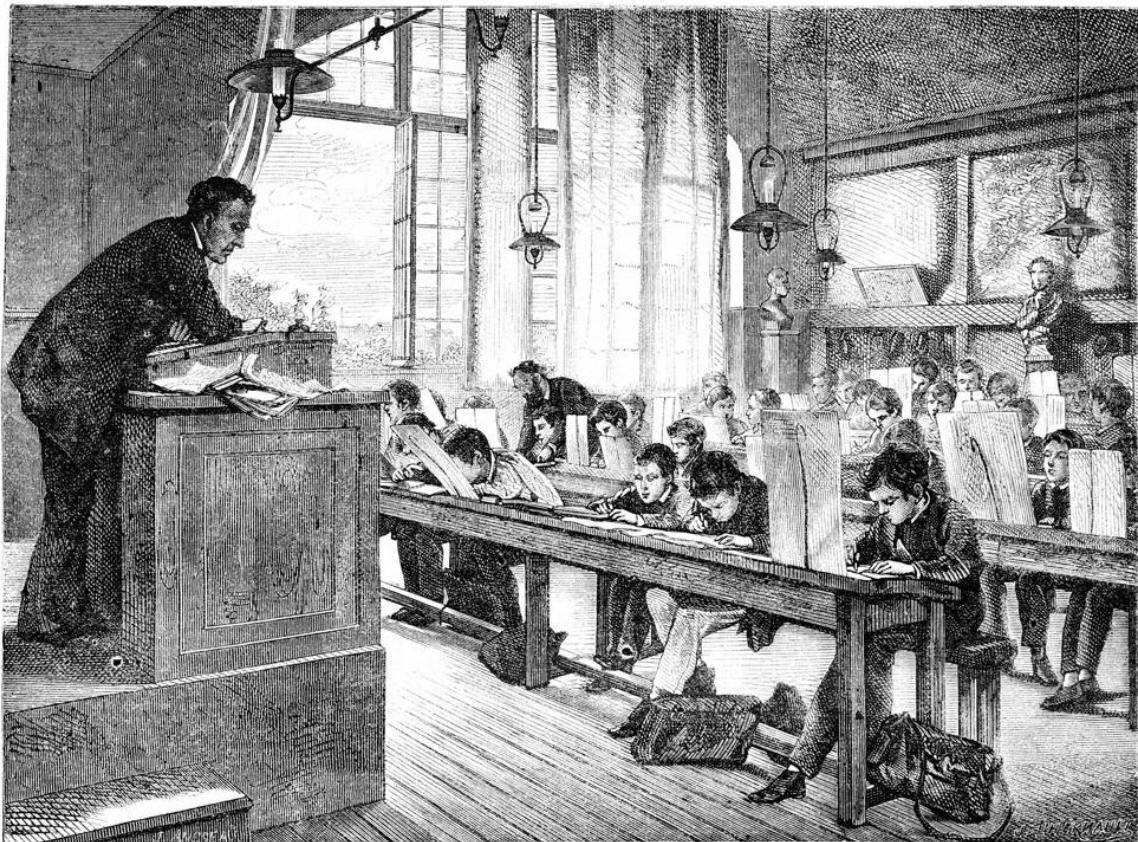


FIGURA 2.2 - Método Lancasteriano FONTE: Guenette [123RF]

A estrutura física na escola lancasteriana e nos projetos pedagógicos para o início do século XIX estavam sujeitas às leis históricas. Quais eram as prioridades da escola, a organização do tempo escolar, a distribuição das atividades e o papel dos agentes escolares (mestres e monitores)?

A luminosidade, calefação, ventilação e higiene. A concepção de educação ou de instrução de Lancaster era uma sala única, ampla, quadrada e destinada para o processo de ensino-aprendizagem da leitura das contas, das letras e também da obediência.

---

Por isso, em seu plano, o espaço da aula era uma sala quadrada, longa e bem ventilada, com uma plataforma elevada, como uma escrivaninha para o mestre “ver todos em um só golpe de vista”; o chão inclinado para frente para não impedir a visão de ninguém; as escrivaninhas deveriam estar dispostas espacadamente entre si, de forma que pudesse atender, ao mesmo tempo, até 304 alunos .

(LANCASTER, 1823, pp.11-12)

Com relação à organização do tempo escolar e à distribuição das atividades pedagógicas, as crianças estudavam cerca de 5 horas por dia. A rotina diária das crianças estava entre a leitura e a aritmética. A cobrança de leitura não ia além das orações.

As mudanças de sala era algo rotineiro e durava cerca de 5 minutos. Mesmo nesse pequeno intervalo, as crianças eram monitoradas por comandos. As crianças não costumavam faltar, por esse motivo, em lugar de registrar a presença dos alunos, optou-se pela chamada dos ausentes.

O mestre era venerado e assumia total responsabilidade sobre a aprendizagem e avaliação dos alunos. Suas responsabilidades iam além do ensino e avaliação de leitura, escrita, aritmética e ensino religioso. A esse agente cabia a vigilância dos monitores e alunos.

Os monitores desempenhavam um importante papel que era a organização do método, a fim de que ele fosse cumprido, além da limpeza geral das escolas e a manutenção da ordem.

Os monitores deveriam saber as lições que ensinavam e sempre estarem em uma classe mais adiantada. A partir da sexta série, eles poderiam ser monitores dela.

O cargo exigia atenção constante, vigilância constante e auxiliar os alunos a corrigirem seus próprios erros e, o principal, a serem convededores do método.

Havia monitor para todas as atividades da escola e cada um recebia uma atribuição. Os monitores eram vigiados constantemente pelos seus mestres. (LANCASTER, 1823).

Além dos monitores de cada classe ou de ensino, havia diversos outros: o monitor da palavra; o monitor de esquadramento (responsável pelos cartazes de ensino); o monitor de assiduidade ou dos faltosos; os monitores inspetores (responsáveis pelo desenvolvimento das turmas); o monitor geral; o monitor de lousas e os monitores diários (NEVES, 2006, p.65).

## 0 ensino da leitura e escrita e da aritmética

Para Lancaster (1823), com a aquisição da leitura e da escrita as crianças distinguiam-se entre si. Tendo alcançado esse primeiro patamar, os demais objetivos educacionais e sociais eram estabelecidos.

**De que forma era feito o ensino da leitura?**

Na primeira classe chamada de ABC, para crianças ainda não alfabetizadas. Nessas classes não haviam crianças separadas por idade, tampouco limite para a alfabetização. A cada 10 ou 20 crianças havia um monitor. Os recursos utilizados eram a caixa de areia e os cartões suspensos.

**Mas qual era o procedimento para o ensino do alfabeto?**

O procedimento para o ensino do alfabeto por meio da caixa de areia obedecia à sequência: o monitor dava a ordem de preparar, os alunos levantavam o dedo indicador, o monitor comunicava a letra A, escrevia na areia e dizia: façam. A operação de repetição das letras não devia exceder quatro vezes (NEVES, 2006, p.66).

## ¶ Ampliando o conhecimento

Você sabia que nesse método o ensino das letras do alfabeto seguia uma ordem? Vamos conhecê-la?

O ensino das letras do alfabeto obedecia a uma regra, que era dada pela similitude das formas gráficas. As formas eram ordenadas em três grupos diferentes. O primeiro reunia aquelas formadas por linhas, exemplo: I, H, T, L, E, F; o segundo, as que possuíam ângulos, como A, V, M, N, Z, R, Y, X; e o terceiro, as que apresentavam círculos ou curvas, como O, U, C, J, G, D, P, B, R, Q e S. As dificuldades de aprendizagem se apresentavam no ensino das letras em que a forma era semelhante, como P e Q; B e D (NEVES, 2006, p.66, grifo nosso).

Esse método de alfabetização na caixa de areia revela alguns detalhes do Método Lancasteriano. Do monitor era exigido que ele conhecesse o nível de desenvolvimento de cada aluno. Uma das regras desse método é que se colocasse uma criança que dominasse os conhecimentos ao lado de uma que sabia menos. A observação e a cópia eram feitas pelo aluno de menor conhecimento (LANCASTER, 1823).

Quanto ao ensino de aritmética, o aluno só poderia entrar na classe de aritmética se ele já soubesse escrever os números de 1 a 9. Caso não tivesse atingido esse conhecimento, ficava em salas separadas com outros monitores. As somas eram realizadas pelo monitor, na lousa, sempre com valores pequenos, evoluindo para maiores. Trabalhava-se, simultaneamente, a subtração. O mesmo era realizado com as multiplicações e divisões.

## ¶ Ampliando o conhecimento

**Você sabe como era feito o ensino de aritmética?**

O monitor recebia um livro do mestre que continha o detalhamento de como as operações deveriam ser realizadas. O método era a repetição e a memorização, além da memorização da tabuada. “[...] as repetições acontecem gradualmente até que a prática assegura a aprendizagem e cada rapaz vai evoluindo individualmente para outras classes e operações mais difíceis” (LANCASTER, 1823, p.72).

O ensino das quatro operações básicas poderia ser realizado por qualquer rapaz que já soubesse ler e realizar operações, desde que apoiado pelo livro-guia. Mesmo que não se conheça o assunto, qualquer pessoa que saiba ler poderia ensinar. “[...] qualquer pessoa que saiba ler pode ensinar, mesmo que não conheça o assunto. E pelo fato de estar ensinando imperceptivelmente estará adquirindo conhecimento que não possui, quando começa a ensinar pela leitura” (LANCASTER, 1823, p.72).

## Processo de avaliação, premiações e castigos lancasterianos

Os procedimentos avaliativos do Método Lancasteriano estavam assentados na competitividade.

---

Sob a noção de economia de tempo, podia-se ensinar ao mesmo tempo a 60 (sessenta) ou a 100 (cem) alunos. Em face dessa “verdade metodológica”, a condução do exercício do ensino se dava de maneira coletiva, e nunca individual .

(NEVES, 2006, p.69)

Lancaster (1823) era contra qualquer atividade individual, pois essa demandaria perda de tempo e não permitiria a competição entre os rapazes. Os princípios de economia de tempo e competição foram retirados do Panóptico de Benthan.

### **Você sabe o que é Panóptico de Benthan?**

Dentre os dispositivos de vigilância do início do século, podemos destacar o Panóptico, de Jeremy Bentham <<http://www.ucl.ac.uk/Bentham-Project/>> , um mecanismo arquitetural, utilizado para o domínio da distribuição de corpos em diversificadas superfícies (prisões, manicômios, escolas, fábricas etc.).

[..] O panoptismo corresponde à observação total, é a tomada integral por parte do poder disciplinador da vida de um indivíduo. Ele é vigiado durante todo o tempo, sem que veja o seu observador, nem que saiba em que momento está a ser vigiado. Aí está a finalidade do Panóptico.

Disponível

em:

<<http://www.educ.fc.ul.pt/docentes/opombo/hfe/momentos/sociedade%20disciplinar/Pan%C3%B3ptico.htm>>. Acesso em: 26 out. 2017.

As classes eram organizadas de acordo com a equivalência das capacidades dos rapazes e não pela idade. Essa classificação já continha a ideia de premiação ou punição. Os alunos se avaliavam de forma mútua e contínua (LANCASTER, 1823).

As premiações lancasterianas eram uma forma de legitimar a dedicação dos alunos com os estudos. Essas premiações eram recebidas com alegria pelos alunos, que exibiam o seu prêmio nos corredores da escola.

Para Lancaster (1805), toda atividade efetuada com mérito pelos alunos deveria ser premiada. Existiam dois tipos de premiação: as de caráter transitório e as concretas. Os pais também eram informados das premiações dos seus filhos por meio de cartas.

Tem-se, nesse momento, uma competição não só entre alunos da mesma classe, mas disputavam-se entre classes. [...] Todavia, a disputa não feria o princípio norteador do método: a economia de tempo. Geralmente, em menos de 10 minutos a disputa terminava (NEVES, 2006, p.70).

A Lei de 1827 recomendava os castigos em substituição à palmatória. O que dizia o plano pedagógico de Lancaster? O que acontecia com os alunos que não seguiam as regras?

---

No plano pedagógico de Lancaster, a memorização, e não a fluência verbal, era a maior habilidade exigida e a ser desenvolvida. Isso significava que a primeira atitude indisciplinar cometida pelo discípulo lancasteriano era a conversa. Não se admitia que se pudesse falar e aprender ao mesmo tempo. Em virtude disso, o aluno falante havia de ser punido com severidade (NEVES, 2006, p.70).

## Ampliando o conhecimento

"[...]na Província de São Paulo, em 18 de março de 1836, foi promulgada a Lei nº 54, na qual se previa que 'os professores de primeiras letras poderão castigar moderadamente os seus discípulos, quando as penas morais forem ineficazes'. Essa Lei nº 54, de 1836, reconfigurou a trajetória do Método Lancasteriano na Província Paulista, visto que permitiu aos professores castigarem moderadamente os alunos quando os castigos morais fossem ineficientes; em outras palavras, tem-se, então, o retorno da palmatória. Parece-nos que ainda não se compreendia a escola sem o castigo corporal" (NEVES, 2006, p.72).

A aplicação de castigos constituía-se no não atendimento às regras, desde a falta de disciplina, preguiça e limpeza geral da escola. Os castigos poderiam ser físicos e morais. Alunos pegos vagueando poderiam ser levados ao galinheiro. A punição deveria ser alterada constantemente, a fim de não se tornar familiar para os alunos e perder a sua eficácia ou se acostumar a ela.

## Indicação de leitura

**Nome do livro:** O Panóptico

**Editora:** Autêntica

**Autor:** Jeremy Benthan

**Tradução:** Tomaz Tadeu da Silva

**ISBN:** 9788586583759

Este livro aborda o projeto do Panóptico elaborado por Jeremy Bentham. O Panóptico foi amplamente divulgado e analisado por Michael Foucault, no livro "Vigiar e Punir". O Panóptico aborda a ideia de princípio de inspeção de casa carcerária e meios de controles sobre o poder do contratador. Esse conjunto de inspeção e controle foi expandido para os hospícios, manufaturas, hospitais e escolas.

### UNIDADE III

# A criação de um sistema educacional durante o Segundo Reinado (1850-1889) e o Manifesto dos Educadores (1932)

*Adélia cristina tortoreli*

Olá, caro(a) aluno(a)! Nesta unidade conheceremos alguns fatos importantes que marcam a criação de um sistema educacional durante o Segundo Reinado (1850-1889) e o Manifesto dos Educadores (1930).

No primeiro momento, “A criação de um sistema educacional durante o segundo reinado (1850-1889)” apresentaremos que o momento histórico necessitava de uma escola elementar para todos, enquanto um projeto modernizador da sociedade. A educação pública, nos momentos seguintes, passa a ser discutida também no Congresso Nacional, na imprensa e nos fóruns de educação.

No momento seguinte, “O projeto de educação da modernidade e construção da identidade na primeira república (1889-1929)” apresenta a divisão cronológica que estabelece o início e término da idade moderna e contemporânea. Acrescenta-se, ainda, a necessidade da criação de uma escola primária para a construção da identidade brasileira.

Por fim, no “Manifesto dos pioneiros da educação nova (1932)” conheceremos de que maneira ocorreu a criação desse manifesto e a sua intenção enquanto projeto com ideias de democracia e escola pública gratuita e laica para todos com a intenção da criação de um Sistema Nacional de Ensino.

Desejo a todos boa leitura e bons estudos!

Professora Adélia.

# A criação de um sistema educacional durante o segundo reinado (1850-1889)

A primeira ideia de construir um sistema Educacional no século XIX ocorreu com a implantação da Lei de 15 de Outubro de 1827, voltada para o ensino elementar. No entanto, “[...] em 1834 foi aprovado o Ato Adicional à Lei que desobrigava o Governo Central de cuidar das escolas primárias e secundárias e transferia essa responsabilidade para as províncias” (SCHELBAUER, 2006, p. 77).

---

Todavia, esse fato associado ao cenário das transformações políticas, econômicas e sociais em curso no Brasil, representadas pelo movimento abolicionista e republicano que visavam à implantação do trabalho livre e do novo regime político, garantiram que a educação ocupasse um lugar central nessas lutas em favor da modernização da nação .

(SCHELBAUER, 2006, p. 77)

Com as transformações em curso, o foco era a democracia e, com ela, a escola elementar para todos. Essa escola primária deveria ficar à cargo do Estado. Várias mudanças estavam ocorrendo no mundo do trabalho, sobretudo uma crítica com relação às instituições monárquicas. É, nesse contexto, que a escola ganha contornos de instituição fundamental para um projeto modernizador da sociedade brasileira.

As discussões, decretos, regulamentações e projetos de reforma giravam em torno do papel do Estado na propagação da instrução elementar. Todavia, “[...] a ideia da intervenção do Estado na instrução do povo, apesar de ser fortemente defendida, [...] não encontrou apoio no Governo Central (SCHELBAUER, 2006, p. 77).

---

No entanto, após a proclamação da República, a corrente de pensamento dominante passou a acirrar o debate em favor da intervenção da União, ora direta ora indiretamente, para promover e difundir a instrução primária, mesmo após a Constituição Republicana de 1891 ter mantido a organização do ensino que vigorava durante o Império. Essa corrente amparava-se, então, na cláusula constitucional, que exigia, como qualificação para ser eleitor, saber ler e escrever .

(SCHELBAUER, 2006, p. 81)

Os positivistas, no período republicano, não defendiam a ideia de Intervenção da União na instrução pública e tinham a intenção de desoficializar o ensino. No entanto, forças contrárias ganham força no parlamento e reforçam a ideia de que o Estado deveria ser responsável pelo ensino popular e, após a proclamação da República, diversos projetos são apresentados em prol da defesa pela intervenção do Estado. A educação pública, nos seguintes anos, passa a ser discutida também no Congresso Nacional, na imprensa e fóruns de educação (SCHELBAUER, 2006).

Em suma, o século XIX, que ficou conhecido como o século da Educação Escolar, intencionava à universalização da escola primária e à organização dos sistemas nacionais de ensino. Com o fim da escravidão e a implantação do trabalho livre oriundo da chegada dos imigrantes, criou-se a necessidade de modernização da sociedade.

O Brasil estava com os ideais de desenvolvimento (SCHELBAUER, 2006), mas este não ocorreu de fato. Nesse sentido, criou-se a expectativa de que a escola poderia formar uma identidade nacional que levaria o Brasil ao nível de desenvolvimento de alguns países da Europa e da América do Norte. Mas, isso não ocorreu, pois as exigências de uma participação democrática ainda não era uma realidade nesse momento.

Dante do exposto, a organização do ensino começou a obter força no período de industrialização, iniciado no final do século XIX. Nesse mesmo período, o assalariamento, a urbanização e os conflitos entre as classes sociais são o pano de fundo da sociedade. “[...] Os reflexos desse desenvolvimento expressaram-se na intervenção do Estado na educação nacional, por meio da primeira Lei de Diretrizes e Bases, promulgada em 1961” (SCHELBAUER, 2006, p.85).

## **O projeto de educação da modernidade e construção da identidade na primeira república (1889-1929)**

Para abordar o projeto de educação na modernidade é necessário, em primeiro lugar, compreender de que forma políticos e educadores da Primeira República se apropriaram daquelas ideias. Assim, faz-se importante perguntar: O que entendemos por educação da modernidade?

A primeira premissa é perceber que a divisão é feita por marcos que, de alguma forma, provocaram mudanças significativas no modo de estruturação da vida anterior. Um desses marcos, pode ser de cunho cultural, econômico, de ordem política, educacional, entre outros. “[...] O campo da educação, em virtude

*das influências vindas da história política e econômica, tem tradicionalmente feito seu recorte temporal por esses vieses*" (SCHELBAUER, 2006, p.89).

## **Podemos nos perguntar agora, seguindo uma ordem cronológica, como se pode demarcar o período moderno e o contemporâneo?**

A partir do viés da política, a idade moderna abrange o período que vai de 1453 a 1759, com a tomada de Constantinopla. Filósofos, com ideias iluministas, inauguram a proclamação dos direitos dos homens e cidadãos. Em suma, em 1759, acontece a Revolução Francesa (SCHELBAUER, 2006).

O período que vai de 1789 até os dias de hoje, é chamado de contemporaneidade.

---

Ou seja, a ela se referem desde os ideais liberais de igualdade, liberdade e fraternidade e suas revoluções, passando pela formação de blocos liderados pelos Estados Unidos e União Soviética, até ao fim do século XX, caracterizado pela globalização e pela difusão da tecnologia da informação.

(SCHELBAUER, 2006, p.90)

A Primeira República, que abrange 1889-1929, cronologicamente, está dentro do contexto geral da modernidade.

É possível afirmar que existe uma relação entre os projetos de educação da Primeira República e a modernidade?

Uma das possibilidades de entender essa relação é o propósito de formação do povo, proposto em 1789 - Revolução Francesa - na comissão da Assembleia Legislativa. Nesse momento, discute-se o plano de uma educação pública, a fim de criar um homem novo capaz de edificar os princípios de democracia.

---

Os princípios deflagrados por aquele plano, sobretudo, tornaram-se uma referência pedagógica da qual nos sentimos herdeiros, especialmente quando, no coletivo, expressamos a defesa da escola pública, universal, única para todos e gratuita .

(SCHELBAUER, 2006, p.90)

O século XVIII, foi considerado como embrionário nas questões dos direitos e da democracia. Esse período foi considerado o século das luzes.

**Mas, o que é o século das luzes e qual a sua relação com os projetos educacionais da Primeira República?**

O século das luzes ficou reconhecido pela sua capacidade de mobilizar a sociedade para a conscientização de que a Educação retiraria o indivíduo da menoridade. "A menoridade é a incapacidade de se servir do entendimento se a orientação de outrem" (KANT, 1989, p. 11).

Para os ideais iluministas, a menoridade intelectual incapacita o ser humano de agir sobre sua própria razão. Nesse sentido, depende da opinião e decisão alheia para tomar suas decisões.

Em última instância, ao delegar esses poderes para outros, o sujeito priva-se do seu direito de liberdade e restringe o seu pensamento. "[...] Apenas uma educação racional estendida a todos poderia produzir os frutos de igualdade, de justiça e de liberdade, ou seja, as virtudes democráticas por excelência" (SCHELBAUER, 2006, p.91).

Esses ideais ganham força na Europa e nas Américas, a partir do século XIX. "[...] Nos séculos XIX e XX, criaram-se projetos voltados para a constituição de uma escolarização laica, gratuita, pública, para ambos os sexos e universalizada" (SCHELBAUER, 2006, p.91).

Esses ideais e princípios gerais não se efetivaram da mesma maneira no Ocidente. Cada um se apropriou com um caráter singular. O mesmo ocorreu no território brasileiro e bem diferente do que foi idealizado no século XVIII.

**De que forma, então, ocorreu o projeto de educação da modernidade no Brasil? E especificamente na Primeira República, 1889-1929?**

Inúmeras reformas da Instrução Pública foram discutidas, mas essas reformas ficaram limitadas e à cargo de cada Estado ou cada escola. Tivemos, então, uma fragmentação na discussão e divulgação do ensino elementar na Primeira República, a saber:

---

Monteiro Lobato, ao representar o homem do campo como arredio à modernização, e Miguel Couto, ao considerar o analfabeto apático à ideia de progresso, remetem-nos a uma das principais preocupações dos reformadores da época. Para esses intelectuais, a instrução, o ensino e a escolarização eram pensados como instrumentos para generalizar as práticas higienistas, reformar hábitos e reduzir as consequências sociais da pobreza .

(SCHELBAUER, 2006, p.92)

Essa fragmentação, por outro lado, permite refletir sobre o caráter de regeneração. Em outras palavras, a Educação teria como objetivo mudar as práticas e mentalidade da população, organizar e sistematizar a instrução das camadas populares, homogeneizando valores, costumes, hábitos, com interesses específicos para a construção de valores republicanos e cívicos. “[...] tratava-se, acima de tudo, de homogeneizar as referências sociais do país” (SCHELBAUER, 2006, p.92).

#### **Qual era, então, a função disciplinar da escola na Primeira República?**

A função da escola, nesse período, era a de criar uma nova cultura nacional. Nesse sentido, a estrutura escolar estava centrada em torno das noções de civismo e comportamento cívico, culminando na padronização de valores sociais e comportamento.

---

[...] Logo, quando o aluno fosse à escola, aprenderia a ler e a escrever por meio de lições distintas, mas todas carregadas de valores morais e de civismo. Nos bancos escolares é que a cultura cívica seria disseminada e a nossa tradição republicana forjada .

(SCHELBAUER, 2006, p.93)

A busca de uma unidade e homogeneidade parece ser a preocupação dos intelectuais na Primeira República. Qual a intenção desses intelectuais e da Escola em levar uma educação para um maior número de sujeitos, mesmo sabendo, que grande parcela da população não sabia ler, escrever, contar ?

---

O regime democrático propunha-se arregimentar o maior número de sujeitos para participar politicamente pelo pleito (voto), transformando, assim, a vontade popular em soberania. Nesse contexto, os reformadores entendiam que deveriam atuar no sentido de levar o povo, como propõe Doria (1924, p. 109), a “querer o que deve” .

(SCHELBAUER, 2006, p.93)

A Educação e os interesses políticos da época estavam voltados para uma educação cívica. Atingir a frente do analfabetismo era uma preocupação não só do governo, “[...] mas de todos, por que de sua solução dependia, segundo os propósitos da época, “o cimento da estabilidade” ( SCHELBAUER, 2006, p.93).

Em suma, o cotidiano escolar foi invadido por uma série de preceitos e manuais de Educação moral e cívica, que tinham como objetivo propagar e disseminar práticas de moral cívica e obediência às regras e normas instituídas na Primeira República.

---

Nessa perspectiva, a escola primária vai abandonando os procedimentos estritamente disciplinares (como os castigos corporais), para lançar mão de uma cadeia de estratégias que deveriam atuar no plano do julgamento, ou seja, no da disciplina intelectual das crianças e jovens .

(SCHELBAUER, 2006, p.93)

Por volta do início do século XX, a escola passa a disciplinar, desenvolvendo o julgamento e a razão. Têm-se, nesse período, uma nova ordem urbana. A escola passa a ter a preocupação com a aculturação, ou seja, uma valorização da socialização. Qual o objetivo dessa escola?

---

Por meio dela, as crianças se tornariam homens e mulheres aficionados ao seu país, submissos não pelo temor, mas pela razão, à autoridade, solidários com os demais e acostumados a reconhecer e a respeitar a justiça .

(SCHELBAUER, 2006, p.95)

Eis um novo projeto e mecanismo de controle. A racionalidade é a nova forma de controle nas escolas públicas da Primeira República, visando todas as camadas sociais.

**De que forma a escola primária cria uma identidade da nação Brasileira?**

Em primeiro plano, é preciso unificar a língua, as tradições, os costumes do povo brasileiro. Não podemos nos esquecer que, nesse período, as políticas de imigração, implementadas no século XIX, substituiu o trabalho escravo pelo trabalho livre. **"[...] A cultura diversificada do imigrante desafiava o projeto homogeneizador da escola pública e as investidas para se instituir uma cultura capaz de legitimar a identidade nacional com base na noção republicana"** [SCHELBAUER, 2006, p.96].

Em destaque, nos programas escolares do ensino público de São Paulo, os conteúdos primavam em forjar uma tradição comum a todos e legitimar o estilo de vida dos republicanos. Para forjar uma tradição comum a todos, a escola e os conteúdos tinham um papel de destaque na formação do povo e na criação de uma tradição coletiva.

Fazendo parte do aspecto formativo da escola, as comemorações, as festas, as homenagens, os desfiles e espetáculos, o hasteamento da bandeira, a entoação do hino nacional, a visita a túmulos, o torneio de boas ações, entre outros, eram rituais que visavam a instituir uma memória coletiva da República. Demonstravam quem e como devia ser lembrado e quem e o que deveria ser negligenciado e esquecido.

(SCHELBAUER, 2006, p.96)

A Escola, transformou-se, então, num sólido e fértil terreno para a construção do universo simbólico republicano.

## República: uma nova instituição escolar

O pensamento renovador da educação é marca registrada da Primeira República. Considerando como marco histórico a segunda metade do século XIX, (1870), os fins da educação do ensino primário se revelam por meio de diversificadas correntes pedagógicas.

A escola primária, nesse período, passou por críticas que questionavam, inclusive, a sua finalidade. Uma delas era a necessidade de uma nova reorganização, pois essa escola deveria atender a uma demanda cada vez maior de letrados. Nesse sentido, novos conteúdos deveriam se ajustar às necessidades republicanas, além de um amplo projeto de controle e homogeneização da elite cultural. O que seria, então, reinventar a escola? "[...] Reinventar a escola significava, dentre outras coisas, formar e disciplinar professores, alunos e familiares; adequar espaços e tempos e eliminar formas mais livres de ensino" (SCHELBAUER, 2006, p.97).

### ¶ Ampliando o conhecimento

É importante pontuarmos que, quando o assunto era escola primária, havia, naquele momento, diferentes instituições de ensino público: os grupos escolares, as escolas isoladas, as escolas reunidas, as escolas particulares, subvencionadas ou não, as escolas estrangeiras, além de outras (SCHELBAUER, 2006, p.97).

Como estavam estruturados os grupos escolares?

No Estado de São Paulo, houve uma preocupação com os grupos escolares. Esses grupos eram entendidos como a representação e a materialização de modernização no campo escolar.

[...] Criado pelo Decreto n. 248 de 26 de julho de 1894, nascido com a República, o grupo escolar era símbolo de modernidade e progresso, representando o rompimento com a antiga escola imperial, cuja representação seria a escola isolada .

(SCHELBAUER, 2006, p.97)

Esses grupos escolares contavam com edificações que se assemelhavam a palacetes. O diretor estava envolvido no dia-a-dia da escola.

#### **Como estavam organizadas as escolas isoladas?**

As escolas isoladas tinham uma preocupação diferenciada dos colégios. "[...] **Essas escolas não eram isoladas apenas por serem classes autônomas, mas também por serem unidades de funcionamento**" (SCHELBAUER, 2006, p.97). Muito embora houvesse um código de Educação, essas escolas não seguiam um padrão rígido. O horário de funcionamento era uma dessas não rigidez.

#### **Como estavam organizadas as escolas reunidas?**

As escolas reunidas, por quase toda a década de 1910, estavam instaladas, em quase toda a sua totalidade, no interior. Essas escolas estavam reunidas em locais de baixa população. "[...] e, para facilitar o ensino e a fiscalização, quatro ou mais delas eram reunidas na mesma casa" (SCHELBAUER, 2006, p.97). O professor fazia a distribuição das turmas, de acordo com o adiantamento da turma. Essa é uma característica muito próxima dos grupos escolares.

No período de 1823 a 1923, em São Paulo, ocorreu um crescimento considerável das escolas reunidas. Por ser uma escola econômica, eficiente e de baixo custo, o Estado tinha interesse em sua ramificação.

## **O manifesto dos pioneiros da educação nova (1932)**

O Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova de 1932 tinha como objetivo a reconstrução do sistema educacional Brasileiro, regulamentando desde o Jardim a de Infância, até o Ensino Superior.

O documento foi apresentado primeiro, para a imprensa e, posteriormente, para Companhia Editora Nacional. Fernando de Azevedo fez a introdução do documento que continha 25 páginas. O documento completo continha quarenta e uma páginas com alguns comentários e um programa educacional contemplados em 10 itens (MACHADO, 2006, p. 103).

#### **Qual a o contexto brasileiro no momento da elaboração do Manifesto dos Pioneiros ?**

O contexto brasileiro sentia e acompanhava os efeitos devastadores da Primeira Guerra Mundial (1914-1918) e da Revolução Russa (1917) - que deu início ao socialismo no mundo. Com esses acontecimentos globais, os países desenvolvidos buscavam a manutenção ou a constituição de impérios. Do ponto de vista da economia, os países adotaram a lógica de homogeneização. As ideias tornam-se universais, sem espaço para as particularidades (MACHADO, 2006).

Com a queda do preço do Café no Brasil (1926) e a crise mundial do capitalismo, levou-se à queda da bolsa de Nova Iorque, em 1929. Diante desse cenário, a economia enfraqueceu e, para manter um equilíbrio econômico dentro do país, diminuiu-se a produção agrícola para a exportação e foi ampliado os investimentos no mercado interno. Nesse período, ocorre o rompimento da Aliança Minas-São Paulo e, ao mesmo tempo, ocorre um fortalecimento da indústria e do militarismo (NAGLE, 1976).

Washington Luís foi derrubado pelos militares e, em 1930, Getúlio Vargas, assume a presidência do Brasil, num golpe militar. “[...] Nesse mesmo ano, criou-se o Ministério da Educação e Saúde, deflagrando-se um novo período de reformas em atenção às novas diretrizes econômicas e sociais” (MACHADO, 2006, p. 108).

## **O conteúdo do manifesto**

A IV Conferência Nacional, ocorrida no Rio de Janeiro, em 1931, foi aberta com as palavras de Getúlio Vargas, manifestando um empenho para a reconstrução do país, incluindo uma reforma na Educação. É aí que nasce o Manifesto dos Pioneiros.

#### **¶ Ampliando o conhecimento**

##### **Saiba quem são os principais educadores que assinaram o manifesto.**

Vinte e seis educadores assinaram o Manifesto, sendo que, muitos deles se tornaram importantes na história da educação brasileira, como Fernando de Azevedo, Lourenço Filho, Paschoal Lemme, Cecília Meireles, Afrânio Peixoto, Sampaio Dória, Nóbrega da

Cunha e Anísio Teixeira. Este último, que divulgou amplamente o ideário escolanovista, tinha como pressuposto que a educação era a base de qualquer sociedade civilizada [MACHADO, 2006, p. 109].

### **Qual a visão desses educadores que criaram o manifesto?**

Na visão desses intelectuais, a sociedade estava se transformando em consequência do desenvolvimento da ciência. A Escola não ficaria imune a esse desenvolvimento e as ciências tornaram-se fundamentais. A Escola tradicional era criticada por esses intelectuais, “[...] que devido ao seu caráter autoritário, não preparava o homem para as mudanças: era preciso prepará-lo para refletir sobre seus problemas e encontrar soluções” [MACHADO, 2006, p. 109].

Para Anísio Teixeira (2000), três pilares deveriam ser construídos, a fim de atingir a modernização de que o país precisava: a ciência, a industrialização e a democratização. A democracia era um dos pilares fundamentais para as mudanças, pois tinha como princípio homens com os direitos de liberdade e um governo que os representasse [MACHADO, 2006]. “[...] a cada indivíduo um lugar na sociedade, correspondendo as suas capacidades naturais, sem qualquer restrição de ordem social, econômica ou de nascimento” [TEIXEIRA, 2000, p. 34].

Desejava-se uma escola pública, laica e gratuita para todos. Mas, o Manifesto dos Pioneiros enfrentaria dificuldades para a efetivação dessa escola.

---

[...] Os conteúdos deveriam ser organizados com base em planos definidos e em escalas educacionais, constituindo-se em um sistema. Deveriam proporcionar a aquisição de conhecimentos científicos pelo método da observação, da pesquisa e da experiência (MACHADO, 2006, p. 111).

Embora o Manifesto tenha tido um grande impacto no período da sua redação, os princípios pedagógicos não foram efetivados. Em sociedades divididas em classes antagônicas, o poder que se sobrepõe aos demais está relacionado ao favorecimento de um grupo ou uma elite.

Manteve-se, então, a mesma escola conservadora, com os professores sem formação adequada para aqueles oriundos da produção da ciência e da formação democrática dos sujeitos.

---

[...] os prédios escolares são insuficientes e mal conservados, falta material escolar e equipamentos das novas tecnologias, as salas são superlotadas, mantêm-se altos os índices de evasão e repetência e o ensino ofertado carece de qualidade .

(MACHADO, 2006, p. 114)

Para encerrarmos a nossa discussão, conheceremos os principais pontos do Manifesto dos Pioneiros. É interessante compreender que não se desejava somente uma transformação da sociedade por meio da ciência e dos direitos individuais dos cidadãos, mas uma proposta de criação de um sistema nacional de educação.

---

I. Estabelecimento de um sistema completo, com uma estrutura orgânica, conforme as necessidades brasileiras, as novas diretrizes econômicas e sociais da civilização atual e os seguintes princípios gerais:

- a) A educação é considerada em todos os seus graus como uma função social e um serviço essencialmente político que o Estado é chamado a realizar com a cooperação de todas as instituições sociais;
- b) Cabe aos estados federados organizar, custear e ministrar o ensino em todos os graus, de acordo com os princípios e as normas gerais estabelecidos na Constituição e em leis ordinárias pela União, a quem compete a educação na capital do país, uma ação supletiva onde quer que haja deficiência de meios e a ação fiscalizadora, coordenadora e estimuladora pelo Ministério da Educação.
- c) O sistema escolar deve ser estabelecido nas bases de uma educação integral; em comum para os alunos de um e outro sexo e de acordo com suas aptidões naturais; única para todos, e leiga, sendo a educação primária (7 a 12 anos) gratuita e obrigatória; o ensino deve tender progressivamente à obrigatoriedade até os 18 anos e à gratuidade em todos os graus.

II. Organização da escola secundária (12 a 18 anos) em tipo flexível de nítida finalidade social, como escola para o povo, não preposta a preservar e transmitir as culturas clássicas, mas destinada, pela sua estrutura democrática, a ser acessível e proporcionar as mesmas oportunidades para todos, tendo, sobre a base de uma cultura geral comum (3 anos), as seções de especialização para as atividades de preferência intelectual (humanidades e ciências) ou de preferência manual e mecânica (cursos de caráter técnico).

III. Desenvolvimento da escola técnica profissional, de nível secundário e superior, como base da economia nacional, com a necessidade de variedade de tipos de escolas: de agricultura, de minas e de pesca (extração de matérias-primas); industriais e profissionais (elaboração de matérias-primas); de transportes e comércio (distribuição de produtos elaborados); e segundo métodos e diretrizes que possam formar técnicos e operários capazes em todos os graus da hierarquia industrial.

IV. Organização de medidas e instituições de psicotécnica e orientação profissional para o estudo prático do problema de orientação e seleção profissional e adaptação científica do trabalho às aptidões naturais.

V. Criação de Universidades, de tal maneira organizadas e aparelhadas que possam exercer a tríplice função que lhes é essencial, elaborar e criar a ciência, transmiti-la e vulgarizá-la, e sirvam,

portanto, na variedade de seus institutos: à pesquisa científica e à cultura livre e desinteressada; à formação do professorado para as escolas primárias, secundárias, profissionais e superiores (unidade na preparação do pessoal do ensino); à formação de profissionais em todas as profissões de base científica; à vulgarização ou popularização científica, literária e artística, por todos os meios de extensão universitária.

VI. Criação de fundos escolares ou especiais (autonomia econômica) destinados à manutenção e desenvolvimento da educação em todos os graus e constituídos, além de outras rendas e recursos especiais, de uma porcentagem das rendas arrecadadas pela União, pelos Estados e pelos municípios.

VII. Fiscalização de todas as instituições particulares de ensino que cooperarão com o Estado, na obra de educação e cultura, já com função supletiva, em qualquer dos graus de ensino, de acordo com as normas básicas estabelecidas em leis ordinárias, já como campos de ensaios e experimentação pedagógica.

VIII. Desenvolvimento das instituições de educação e de assistência física e psíquica à criança na idade pré-escolar (creches, escolas maternais e jardins de infância) e de todas as instituições complementares pré-escolares e pós-escolares: para a defesa da saúde dos escolares, como os serviços médico e dentário escolares (com função preventiva, educativa ou formadora de hábitos sanitários, e clínicas escolares, colônias de férias e escola para débeis), e para a prática de educação física (praças de jogos para crianças, praças de esportes, piscinas e estádios); para a criação de um meio escolar natural e social e o desenvolvimento do espírito de solidariedade e cooperação social (como as caixas escolares, cooperativas escolares etc.); para a articulação da escola com o meio social (círculos de pais e professores, conselhos escolares) e intercâmbio interestadual e internacional de alunos e professores; e para a intensificação e extensão da obra de educação e cultura (bibliotecas escolares fixas e circulantes, museus escolares, rádio e cinema educativo).

IX. Reorganização da administração escolar e dos serviços técnicos de ensino, em todos os departamentos, de tal maneira que todos esses serviços possam ser:

a) executados com rapidez e eficiência, tendo em vista o máximo de resultado com o mínimo de despesa; estudados, analisados e medidos cientificamente, e, portanto, e rigorosamente controlados no seu resultado; e constantemente estimulados e revistos, renovados e aperfeiçoados por um corpo técnico de analistas e investigadores pedagógicos e sociais, por meio de pesquisas, inquéritos, estatísticas e

experiências.

X. Reconstrução do sistema educacional em bases que possam contribuir para a interpenetração das classes sociais e formação de uma sociedade humana mais justa e que tenha por objetivo a organização da escola unificada, desde o Jardim da Infância à Universidade, em vista da seleção dos melhores, e, portanto, o máximo de desenvolvimento dos normais (escola comum), como o tratamento especial de anormais, subnormais (classes diferenciais e escolas especiais)" (AZEVEDO, s.d., apud RIBEIRO, 1993, p. 108-110, grifo do autor).

## Indicação de leitura

**Nome do livro:** O Manifesto dos Pioneiros da Educação: leitura sobre seus 80 anos

**Editora:** Paco Editorial

**Autor:** Antonio Bosco de Lima

**ISBN:** 9788581486277

**ISBN:** 8581486274

**Ano:** 2014

Esse livro reúne ideias e análises de vários estudiosos a respeito do Manifesto dos Pioneiros da Educação de 1932. Também tem um viés ideológico, mas que se preocupa em reunir diversas abordagens interpretativas.

## UNIDADE IV

# A educação do projeto educacional brasileiro no regime militar a algumas reflexões pós 2000: uma breve síntese

*Adélia cristina tortoreli*

Nessa unidade intitulada “A educação do projeto educacional brasileiro no regime militar a algumas reflexões pós 2000: uma breve síntese”, abordaremos algumas questões sobre o projeto de educação provenientes do contexto social em destaque.

No primeiro momento, em “A educação do projeto educacional brasileiro no regime militar”, comentaremos sobre o regime militar, momento em que o país esteve sob a tutela das Forças Armadas Nacionais. Nesse período, foram sancionadas as Leis 5540/68 e 5692/71.

Na sequência, em “A reforma universitária”, conheceremos algumas medidas adotadas pela lei 5540/68 e a lei 5692/71: o ensino de 1º e 2º graus.

Por fim, em “O projeto de [re] democratização a partir da década de 1980 até os dias atuais”, traremos algumas reflexões sobre as décadas de 1980, 1990 e apontamentos pós 2000. Consideraremos, ainda, o conceito de neoliberalismo e cidadania.

Desejo a vocês boas leituras !

Um abraço,

Professora Adélia.

# A educação do projeto educacional brasileiro no regime militar

Em pleno período de ditadura (regime militar), a Educação, a partir de 1964, ganha um papel de destaque nos discursos dos políticos. Esses discursos estão ligados a duas questões muito importantes para o período histórico que são: a modernização e o desenvolvimento econômico do Brasil. O governo de João Goulart é destituído e, em seu lugar, em março de 1964, ocorre o golpe de Estado e as Forças Armadas chegam ao poder (HEY, CATANI, 2006).

## ¶ Ampliando o conhecimento

### O que foi o Regime Militar?

É conhecido no Brasil como “Regime Militar” o período que vai de 1964 a 1985, onde o país esteve sob controle das Forças Armadas Nacionais (Exército, Marinha e Aeronáutica).

Neste período, os chefes de Estado, ministros e indivíduos instalados nas principais posições do aparelho estatal pertenciam à hierarquia militar, sendo que todos os presidentes do período eram generais do exército. Era denominada “Revolução” em sua época, sendo que os principais mentores do movimento viam o cenário político do início dos anos 60 como corrupto, viciado e alheio às verdadeiras necessidades do país naquele momento.

Assim, o seu gesto era interpretado como saneador da vida social, econômica e política do país, livrando a nação da ameaça comunista e alinhando-a internacionalmente com os interesses norte-americanos, trazendo de volta a paz e ordem sociais.

Disponível em: [www.infoescola.com/historia-do-brasil/regime-militar/](http://www.infoescola.com/historia-do-brasil/regime-militar/)

Considerando esse golpe de Estado, as diretrizes, organizadas pela nova política econômica, traçam estratégias de estabilização, a saber: corte no gasto público, aumento da carga tributária, contenção de crédito e arrocho salarial. Foram criadas a correção monetária, o Banco Central e o Conselho Monetário Nacional, além de rígida fixação dos mecanismos de reajustes salariais.

#### Caminhando na história, o que aconteceu entre 1960 e 1970, no cenário educacional?

---

No cenário educacional, o crescimento da demanda social por educação acarreta uma grave "crise" do sistema. Essa conjuntura é encarada pelos governantes por intermédio de medidas legais, direcionadas à liberação (aumento de vagas nas séries iniciais da escolarização) e à contenção (controle de vagas no ensino médio e superior) da educação escolar.

(CUNHA, 1973, p. 87)

Em síntese, ocorreram reformas significativas na reforma universitária, que culminaram na elaboração da Lei 5540/68 e na Lei 5692/71, que regulamenta os demais níveis da educação. Ocorre também a busca de recursos financeiros, com a finalidade de uma expansão educacional.

Para tanto, é criado o salário-educação, no ano de 1964 (Lei 4440, de 27.10.1964), para a expansão do ensino primário (as quatro primeiras séries). Esses recursos seriam captados pelo Estado, pela contribuição das empresas por meio da previdência social e empregados. Políticas educacionais foram realizadas num contexto de desenvolvimento econômico, produtividade e eficiência. Seguem alguns decretos e leis:

Decreto 63341, de 01.10.1968, que estabeleceu os critérios para a expansão do ensino superior, evitando áreas já saturadas e estimulando aquelas com déficit de profissionais;

- Lei 5537, de 21.11.1968, que criou o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Vinculado ao Ministério da Educação e Cultura, tal Fundo visava a captar recursos e aplicá-los no financiamento de projetos de ensino e pesquisa nos três níveis do ensino (os então níveis primário, secundário e superior);
- Lei 5540, de 28.11.1968, que instituiu os princípios para a organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média;
- Decreto-Lei 405, de 31.12.1968, que fixou as normas para o incremento de matrículas em estabelecimentos de ensino superior. Regulamentou a concessão de auxílio às instituições para a expansão da matrícula, vinculando-a à exigência de diretrizes que assegurassem a produtividade, a eficiência e a utilização plena da capacidade instalada;
- Decreto 68908, de 13.07.1971, que dispôs sobre o vestibular;
- Lei 5692, de 11.08.1971, que fixou as diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus.

O projeto educacional brasileiro no regime militar: uma educação de classe (social) .

(HEY, CATANI, 2006, p.123)

Mas, antes de que as medidas legais para o ensino superior fossem implantadas já existia um acordo chamado MEC/USAID. Esse acordo foi firmado entre o Ministério da Educação e a Agency for International Development - USA. Vamos conhecer um pouco desse acordo?

## ¶ Ampliando o conhecimento

Os chamados acordos MEC/USAID (Agency for International Development - USA), firmados, a partir de 1964, pelo governo federal, intencionavam estabelecer a organização e o funcionamento das universidades brasileiras. Para tanto, eram elaborados diagnósticos e prestada assistência técnica ao governo brasileiro no planejamento desse grau de ensino. Esses convênios são extintos em julho de 1968, porém vários outros consultores norte-americanos, independentemente dos acordos, continuaram prestando serviços técnicos ao governo, inclusive nos outros níveis de ensino. Ao mesmo tempo, muitos estudantes

brasileiros partem para estudar nos EUA, garantindo, dessa maneira, certas diretrizes americanas para o encaminhamento das questões educacionais brasileiras (HEY, CATANI, 2006, p.124).

## A Reforma Universitária

A reforma universitária ocorreu por meio de trabalhos de professores das universidades brasileiras. A Lei 5540/68, "[...] fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior", apresenta normas rígidas que, em sua quase totalidade, estão vigentes até hoje, período em que está em discussão a nova reforma universitária brasileira" (HEY, CATANI, 2006, p.126).

Vilhena (1998 apud HEY, CATANI, 2006, p.126), lista algumas medidas propostas pela Lei 5540/68, algumas delas ainda estão presentes na sociedade:

- 
- Vestibular unificado e classificatório - organizado por área de conhecimento. A partir dele preenchem-se as vagas de todas as escolas, o que de outra forma só ocorreria se os candidatos se inscrevessem em vários vestibulares. É também classificatório porque só ingressam aqueles candidatos que obtiverem as melhores médias em relação ao total das vagas;
  - Desdobramento acadêmico do grau de graduação - os cursos de graduação tinham a duração de três a seis anos, correspondendo ao curso profissionalizante completo. A partir dessa Lei, surgem cursos de curta duração;
  - Ciclo básico - os alunos estudam, durante um ano, disciplinas de um curso básico, preparatório para todos os cursos de determinada área de conhecimento. Posteriormente, são distribuídos nos diversos cursos, de acordo com sua opção, desempenho acadêmico, disponibilidade de vagas etc.;
  - Sistema de créditos e matrícula por disciplinas - a matrícula passa a ser feita por disciplina, semestralmente, permitindo ao aluno maior flexibilidade na composição do seu currículo semestral, ajustando-o à sua disponibilidade. Esse sistema se contrapõe à matrícula em um conjunto de disciplinas que constitui um ano escolar;
  - Campus afastado da cidade - Concentração física das atividades universitárias em campus que, na época, dificultaria aos estudantes a realização de passeatas e outros atos de protesto contra o regime militar;
  - Extinção da cátedra vitalícia - criação de uma carreira acadêmica em que os docentes são promovidos de acordo com os títulos obtidos em concursos, provas, defesas públicas de dissertações, teses, monografias etc. Anteriormente, cada disciplina tinha um professor concursado, autoridade máxima em um determinado domínio de estudos, que dirigia os trabalhos até sua morte ou aposentadoria, sem que houvesse possibilidade de compartilhar esse poder quase absoluto;
  - Criação de departamentos - reúnem-se em um mesmo departamento as disciplinas a fins, com a finalidade de se evitar a duplicação de trabalhos e aumentar a taxa de utilização de recursos, espaços e instalações;
  - Pós-Graduação - programas ou cursos de pós-graduação, em nível de mestrado 127 e doutorado, prevendo que se cursem disciplinas e se elaborem, respectivamente, dissertação e tese. A pós-graduação nasce articulada à carreira de professores e dispõe de linhas de financiamento à pesquisa científica e tecnológica.

# A lei 5692/71: o ensino de 1º e 2º graus

A Lei 5692/71 foi realizada num contexto de Estado autoritário e de repressão. A sociedade não participou dos debates dessa reforma, que fixa as leis e diretrizes para o ensino de 1º e 2º graus.

---

Art. 1º O ensino de 1º e 2º graus tem por objetivo geral proporcionar ao educando a formação necessária ao desenvolvimento de suas potencialidades como elemento de auto-realização, qualificação para o trabalho e preparo para o exercício consciente da cidadania .

(BRASIL, 1971)

Quanto ao ensino do 1º grau:

---

Art. 17. O ensino de 1º grau destina-se à formação da criança e do pré-adolescente, variando em conteúdo e métodos segundo as fases de desenvolvimento dos alunos.

Art. 18. O ensino de 1º grau terá a duração de oito anos letivos e compreenderá, anualmente, pelo menos 720 horas de atividades.

Art. 19. Para o ingresso no ensino de 1º grau, deverá o aluno ter a idade mínima de sete anos.

§ 1º As normas de cada sistema disporão sobre a possibilidade de ingresso no ensino de primeiro grau de alunos com menos de sete anos de idade.

§ 2º Os sistemas de ensino velarão para que as crianças de idade inferior a sete anos recebam conveniente educação em escolas maternais, jardins de infância e instituições equivalentes.

Art. 20. O ensino de 1º grau será obrigatório dos 7 aos 14 anos, cabendo aos Municípios promover, anualmente, o levantamento da população que alcance a idade escolar e proceder à sua chamada para matrícula.

Parágrafo único. Nos Estados, no Distrito Federal, nos Territórios e nos Municípios, deverá a administração do ensino fiscalizar o cumprimento da obrigatoriedade escolar e incentivar a freqüência dos alunos.(BRASIL, 1971).

No que diz respeito ao ensino do 2º grau:

---

Art. 21. O ensino de 2º grau destina-se à formação integral do adolescente.

Parágrafo único. Para ingresso no ensino de 2º grau, exigir-se-á a conclusão do ensino de 1º grau ou de estudos equivalentes.

Art. 22. O ensino de 2º grau terá três ou quatro séries anuais, conforme previsto para cada habilitação, compreendendo, pelo menos, 2.200 ou 2.900 horas de trabalho escolar efetivo, respectivamente.

Parágrafo único. Mediante aprovação dos respectivos Conselhos de Educação, os sistemas de ensino poderão admitir que, no regime de matrícula por disciplina, o aluno possa concluir em dois anos no mínimo, e cinco no máximo, os estudos correspondentes a três séries da escola de 2º grau.

Art. 23. Observado o que sobre o assunto conste da legislação própria:  
a) a conclusão da 3ª série do ensino de 2º grau, ou do correspondente no regime de matrícula por disciplinas, habilitará ao prosseguimento de estudos em grau superior;

b) os estudos correspondentes à 4ª série do ensino de 2º grau poderão, quando equivalentes, ser aproveitados em curso superior da mesma área ou de áreas afins.

Mesmo com a abertura dos sistemas de ensino, o Estado conseguiu garantir a entrada da população?

---

[...] porém elas não vão garantir a entrada generalizada da população em idade escolar nesse incipiente sistema. Em 1970, apenas 34,4% das crianças de 7 anos frequentavam a 1ª série. Desse total, somente 43,3% delas na zona urbana e apenas 25% na área rural, e ainda com fortes variações regionais. Entre 1964 e 1970 o aumento no ingresso de crianças de 7 anos na 1ª série foi de apenas de 3,5%, em números nacionais .

(CUNHA, 1975, apud, HEY, CATANI, 2006, p.127)

Existe algum outro motivo para a baixa escolarização das crianças?

---

Outro motivo para essa baixa escolarização refere-se ao fato das famílias da classe trabalhadora escolarizarem tardiamente seus filhos.

Essa análise indica as diferenças na relação entre classes sociais e escolarização, que vão ser amplamente investigadas no domínio da pesquisa educacional a partir do final da década de 1970.

[HEY, CATANI, 2006, p.128]

#### **Qual a relação entre infraestrutura do Estado e baixa escolarização das crianças?**

A época demonstra a insuficiência da estrutura educacional para o atendimento das crianças em idade escolar conforme estabelecido pela Lei, bem como a mudança cultural necessária para tal empreitada, o que exigiria do Estado alto investimento em termos de infraestrutura e de acesso aos bens culturais ainda restritos a determinadas classes sociais.

#### **O que podemos concluir do período pós-64 e meados dos anos 1970 para as reformas educacionais**

O período analisado - pós-64 a meados dos anos 1970 - é profícuo para o entendimento das relações entre educação e sociedade, sobretudo de como a própria legislação consolida um tipo de visão do mundo social, ou seja, adapta as manifestações da estrutura social dominante [HEY, CATTANI, 2006, p.131].

#### **De que forma é entendida a escolarização para o desenvolvimento econômico e social, no período acima referido?**

A necessidade de escolarização para o desenvolvimento econômico e social do país é entendida como fundamental, porém, desde que se reforçasse a segmentação capaz de assegurar a estrutura de classes sociais na qual a sociedade está ancorada. Sendo assim, a liberação (ampliação de vagas no ensino de 1º grau) só poderia ocorrer com a contenção "futura" (dificuldades para que estudantes das classes menos favorecidas frequentassem os níveis de 2º grau e superior), uma vez que o quantum educacional a ser atingido é determinado pela posição social ocupada por cada estudante [HEY, CATTANI, 2006, p.131].

## **O projeto de (re) democratização a partir da década de 1980 até os dias atuais**

Na década de 1980, ocorrem transformações no cenário político. Eleições diretas para governadores, prefeitos, vereadores, greves em vários segmentos profissionais, incluindo professores, bancários, médicos e órgãos do governo. Observamos o nascimento de alguns partidos que se posicionaram contra o regime, até então vigente, a anistia aos exilados políticos, entre os outros.

Acompanhamos, também, a instauração de uma política neoliberal. O cenário educacional sente essas políticas por meio da mercantilização do processo educativo. De acordo com Marrach, (1996, p. 46-48), pode-se perceber três objetivos do neoliberalismo que foram atrelados ao sistema educacional, a saber:

- 
1. Atrelar a educação escolar à preparação para o trabalho e a pesquisa acadêmica ao imperativo do mercado ou às necessidades da livre iniciativa. Assegurar que o mundo empresarial tem interesse na educação porque deseja uma força de trabalho qualificada, apta para a competição no mercado nacional e internacional.
  2. Tornar a escola um meio de transmissão dos seus princípios doutrinários. O que está em questão é a adequação da escola à ideologia dominante.
  3. Fazer da escola um mercado para os produtos da indústria cultural e da informática, o que, aliás, é coerente com idéia de fazer a escola funcionar de forma semelhante ao mercado, mas é contraditório porque, enquanto, no discurso, os neoliberais condenam a participação direta do Estado no financiamento da educação, na prática, não hesitam em aproveitar os subsídios estatais para divulgar seus produtos didáticos e paradidáticos no mercado escolar.

A escola, pelo viés do neoliberalismo, passa a ser conduzida por técnicas de gerenciamento. Assim, a Escola é adequada para a ideologia dominante.

## A década de 1990

Na década de 1990, temos a consolidação das ideias neoliberais na educação. Observa-se, ainda, uma desmobilização generalizada da população. No Governo Fernando Henrique Cardoso, ocorreram movimentos de privatizações e a participação da sociedade no campo da Educação, tais como: "amigos da escola, adote um aluno". O Estado vai se eximindo das suas responsabilidades, algo que já acontecia em períodos históricos anteriores.

---

Não obstante, [...] o poder público, no contexto das reformas, priorizou a interlocução com o setor privado na formulação e na implementação das políticas educacionais e criou uma série de aparatos legais e administrativos para consolidar essa interlocução com o Estado, principalmente no que favorece as parcerias. Podemos citar como exemplos, no Brasil, a Lei n. 9.608/1998, que dispõe sobre os serviços voluntários; a Lei n.9.637/1998,que qualifica as entidades como "pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos",e a Lei n.9.790/1999,que regulamenta a participação do Terceiro Setor na gestão pública .

(LUZ, 2011, p. 443)

O poder publicou e adotou o ideário de interlocução entre o público e o privado. Essa adoção contribui também para o acirramento da desigualdade social. No início da década de 1990, ocorre a conferência de Jontiem. Trata-se do começo da era de "Educação para Todos".

No governo de Fernando Henrique Cardoso, foi promulgada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB 9.394/96), além dos Parâmetros Curriculares Nacionais e o Plano Nacional de Educação.

Verificamos, agora, algumas mudanças recentes ocorridas nessa Lei, com relação ao Título III, (Do Direito à Educação e do Dever de Educar). Observe que as marcações em azul são as redações mais atuais, que apresentam modificações na Educação Básica.

---

Art. 4º O dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de:

I - educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, organizada da seguinte forma: **(Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)**

<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2013/Lei/L12796.htm#art1](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12796.htm#art1)>

a) pré-escola; **(Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013)**

<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2013/Lei/L12796.htm#art1](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12796.htm#art1)>

b) ensino fundamental; **(Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013)**

<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2013/Lei/L12796.htm#art1](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12796.htm#art1)>

c) ensino médio; **(Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013)**

<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2013/Lei/L12796.htm#art1](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12796.htm#art1)>

II - educação infantil gratuita às crianças de até 5 (cinco) anos de idade; **(Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)**

<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2013/Lei/L12796.htm#art1](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12796.htm#art1)>

III - atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, preferencialmente na rede regular de ensino; **(Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)**

<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2013/Lei/L12796.htm#art1](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12796.htm#art1)>

IV - acesso público e gratuito aos ensinos fundamental e médio para todos os que não os concluíram na idade própria; **(Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)** <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2013/Lei/L12796.htm#art1](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12796.htm#art1)>

Para se manter atualizado com as mudanças, alterações, inclusões e exclusões da LDB 9.394/96, é importante que você acesse, sempre, o site [www.planalto.gov.br <http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9394.htm>](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm). Neste endereço eletrônico você encontrará todas as alterações. Por esse motivo, evite utilizar livros para consultas de Leis, pois as informações tendem a ficar desatualizadas.

# Cidadania e formação para o trabalho

Cidadania e formação para o trabalho são adotadas pelas políticas públicas brasileiras, a partir do relatório da UNESCO.

---

A educação ao longo de toda a vida torna-se assim, para nós, o meio de chegar a um equilíbrio mais perfeito entre trabalho e aprendizagem bem como ao exercício de uma cidadania ativa [...] O mundo do trabalho constitui, igualmente, um espaço privilegiado de educação. Trata-se, antes de mais nada, da aprendizagem de um conjunto de habilidades e, a este respeito, importa que seja mais reconhecido, na maior parte das sociedades, o valor formativo do trabalho, em particular quando inserido no sistema educativo .

(DELORS, 2006, p. 105-113)

O Plano Decenal de Educação para Todos do Ministério da Educação (MEC) - 1993 - 2003, também utiliza o conceito de cidadania, envolvendo União, Estados e Municípios.

---

O plano decenal foi concebido e elaborado para ser um instrumento na luta pela recuperação da educação básica do País. Todavia, a sua efetivação depende de esforço integrado e compartilhado entre todas as esferas e agentes do processo educativo, ou seja, a União, os Estados e Municípios, as escolas, os professores e dirigentes escolares, as famílias e a sociedade civil. Torna-se cada vez mais importante que cada uma dessas instâncias e segmentos assumam compromissos públicos com a melhoria do ensino, fazendo da escola um centro de qualidade e cidadania , com professores e dirigentes devidamente valorizados, ajudando o País a edificar um eficiente sistema público de educação básica .

(BRASIL, 1993, p. 1)

E continua questionando a cidadania na escola. A quem ela atende?

---

Cidadania na escola: a escola é o espaço de aprendizagem e exercício de cidadania. Todos têm o mesmo direito à educação. Todos são iguais perante a Lei. Como essas afirmativas estão sendo vivenciadas na escola? A escola está trabalhando o desenvolvimento da cidadania? Pobres, ricos, índios, negros, brancos, mulheres; pessoas portadoras de deficiência, de condutas típicas e de altas habilidades; seguidores de diferentes religiões, membros de diversos partidos políticos ou de variadas organizações sindicais e comunitárias são tratados com o mesmo respeito, sejam professores ou alunos? Existem tratamentos diferenciados na escola? Se há, que ações poderiam eliminá-los? .

(BRASIL, 1993, p. 4)

Pedro Demo traz a definição de cidadania tutelada:

---

cidadania tutelada expressa o tipo de cidadania que a direita (elite econômica e política) cultiva ou suporta, a saber, aquela que se tem por dádiva ou concessão de cima. Por conta da reprodução da pobreza política das maiorias, não ocorre suficiente consciência crítica e competência política para sacudir a tutela. A direita apela para o clientelismo e o paternalismo principalmente, com o objetivo de manter a população atrelada a seus projetos políticos e econômicos. O resultado mais típico da cidadania tutelada, que, na prática, é sua negação/repressão, é a reprodução indefinida da sempre mesma elite histórica .

(DEMO, 1995, p. 6)

Refletir sobre Cidadania e Educação se faz presente em quase todas as Reformas e Diretrizes a partir da década de 1990, intensificando-se até os dias atuais. Todavia, ao unir cidadania e falta de recursos orçamentários para a Educação, temos um paradoxo.

## Algumas reflexões pós 2000

Na contemporaneidade, temos acompanhado e observado que as mudanças recentes na ordem econômica, política e social, ao longo da história da Educação Brasileira, e, de forma mais visível, os anos de 2016 e 2017 retiraram da educação investimentos de ordem qualitativa que impedem uma educação de qualidade para todos. Conforme Oliveira (2017, s.p.):

---

palavra mais em voga no Brasil de alguns anos para cá é, sem dúvida, crise. Crise política, crise econômica, crise fiscal, crise previdenciária, crise das instituições, até crise moral. Nessa espiral de crises sem fim, toda a agenda nacional parece estar reduzida, restrita a buscar soluções para sairmos o mais rápido possível do buraco ou, ao menos, pararmos de cair.

Oliveira comenta, ainda, o paradoxo entre Educação, Ciência e Tecnologia:

---

Educação, ciência e tecnologia possuem um paradoxo comum: se, por um lado, estas são áreas onde é importante realizar investimentos no médio e longo prazos para obter os melhores retornos, por outro lado não se pode sacrificar o presente em prol das gerações futuras. Ou seja: nessas áreas, é preciso combinar uma dose de urgência com planejamento estratégico e estável (OLIVEIRA, 2017, s.p.).

Na concepção de SANTOS, et al.l, (2012, p. 10),

---

A Educação pública há muito vem sofrendo cortes orçamentários que inviabilizam a construção de uma escola adequada às exigências da sociedade e, em consequência, colaboram para a evasão e a má formação escolar. Pensamos que não é somente por causa de escolas bem estruturadas que a Educação dará um salto qualitativo, porém, cremos ser este um elemento que contribui em muito para a prática do ensino formal.

E, concluem:

---

Conferir aos educadores e alunos, a culpa pela degradação educacional, é jogar a culpa em quem não é culpado. O sistema social vigente deveria assumir o compromisso de investir na área visando preparar uma sociedade mais humana e cidadã, e não gerar desculpas para o pouco investimento e colocar nas mãos dos professores a direção do futuro social .

(SANTOS, et al.l, 2012 p. 10)

## Ampliando o conhecimento

**O principais cortes orçamentários na atualidade são oriundos da PEC (241), que cria um teto para os gastos públicos.**

O que é a PEC do teto de gastos?

A PEC, a iniciativa para modificar a Constituição proposta pelo Governo, tem como objetivo frear a trajetória de crescimento dos gastos públicos <[https://brasil.elpais.com/brasil/2016/10/10/politica/1476052257\\_522876.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2016/10/10/politica/1476052257_522876.html)> e tenta equilibrar as contas públicas. A ideia é fixar por até 20 anos, podendo ser revisado depois dos primeiros dez anos, um limite para as despesas: será o gasto realizado no ano anterior corrigido pela inflação (na prática, em termos reais - na comparação do que o dinheiro é capaz de comprar em dado momento - fica praticamente congelado). Se entrar em vigor em 2017, portanto, o Orçamento disponível para gastos será o mesmo de 2016, acrescido da inflação daquele ano. A medida irá valer para os três Poderes - Executivo, Legislativo e Judiciário. Pela proposta atual, os limites em saúde e educação só começarão a valer em 2018.

Disponível em: [brasil.elpais.com](https://brasil.elpais.com/brasil/2016/10/10/politica/1476125574_221053.html)  
<[https://brasil.elpais.com/brasil/2016/10/10/politica/1476125574\\_221053.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2016/10/10/politica/1476125574_221053.html)>

Um olhar cuidadoso e reflexivo sobre a Educação é algo que deve ser realizado por todos e todas. Ser cidadão no século XXI é participar ativamente dos processos decisórios que interferem na vida das pessoas.

## Indicação de leitura

**Nome do livro:** História da Cidadania

**Editora:** Contexto

**Autor:** Jaime Pinsky

**ISBN:** 8572442650

**ISBN:** 978-8572442657

O livro “História da Cidadania” tem por objetivo levantar problemáticas da seguinte ordem: que importantes ações, no sentido de estender a cidadania a todos, estão sendo executadas em nosso país - e por quem? Quais os obstáculos que estão sendo enfrentados para que essas ações se concretizem? É um livro de interação entre os autores e alguns cidadãos que contaram suas próprias experiências com relação à temática. O livro abre caminhos para a discussão sobre a relação entre cidadania e a construção de uma sociedade pautada na solidariedade e na cidadania.

>

# Conclusão

Olá, caro(a) aluno(a)!

Ao final dessa trajetória de estudos pautada no livro "Fundamentos Históricos e Sociais da Educação Brasileira", esperamos que você tenha refletido sobre a relação entre o projeto de sociedade em diferentes períodos históricos e a sua relação com a Educação.

Ao término de suas leituras você deve ter percebido que em cada momento histórico a sociedade vigente necessitava de uma formação de homem que atendesse às necessidades sociais, políticas e econômicas e que, por vezes, foi marcada por interesses antagônicos e excludentes.

Não nos cabe, aqui, fazer nenhuma crítica sobre esses períodos históricos e a formação que a escola ofertava para atender às necessidades vigentes de cada período. Todavia, pleiteamos, aqui, o direito de refletir que a história da Educação Brasileira esteve marcada por conflitos e tentativas de luta para atender aos direitos de uma população que necessita de uma educação pública, laica e gratuita.

Deixo com você meu abraço e o desejo que você aprofunde as temáticas aqui dialogadas.

Um abraço,

Professora Adélia

# Referências

- BRASIL.** Lei n. 5692, de 11 de novembro de1971. Fixa diretrizes e bases para o ensino de primeiro e segundo graus e dá outras providências. Diário Oficial da União. <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971-357752-publicacaooriginal-1-pl.html>>
- CARVALHO, L. R. de.** As reformas pombalinas da instrução pública. Educ. Pesqui. São Paulo, v. 32, n. 3, sept./dec., 2006. <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1517-97022006000300003](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022006000300003)>
- COSTA, Célio Juvenal; MENEZES, Senizando Luiz. A educação no Brasil Colonial (1549-1759). In: ROSSI, Ednéia Regina; RODRIGUES, Elaine; NEVES, Maria Fátima. (Orgs.) Fundamentos Históricos da Educação no Brasil. 2ª ed. revisada e ampliada. Maringá: Eduem, 2009.
- COSTA, Célio Juvenal; MARQUES, Daniella Domingues Alvarenga; BORTOLOSSI, Cintia Maria Bogo; et. all.** Marquês de Pombal e a expulsão dos Jesuítas: uma leitura do iluminismo português no século XVIII.s.d. <[http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer\\_histedbr/jornada/jornada11/artigos/4/artigo\\_simposio\\_4\\_805\\_nat\\_oliveir@hotmail.com.pdf](http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/jornada/jornada11/artigos/4/artigo_simposio_4_805_nat_oliveir@hotmail.com.pdf)>
- DELORS, Jacques; et. all. Educação: um tesouro a descobrir. Relatório para a UNESCO da comissão internacional sobre educação para o século XXI. 6ª ed. São Paulo: Cortez. Brasília: MEC: UNESCO, 2001.
- FILHO, João Cardoso Palma.** A Educação Brasileira no período de 1930 a 1960: A Era Vargas. UNESP. Universidade Estadual Paulista “ Júlio Mesquita Filho”. Editora Santa Clara, 2005. <<https://acervodigital.unesp.br/bitstream/123456789/107/3/01d06t05.pdf>>
- HEY, Ana Paula; CATANI, Afrânio Mendes. O projeto educacional brasileiro no regime militar: uma educação de classe (social) In: Ednéia Regina; RODRIGUES, Elaine; NEVES, Maria Fátima. (Orgs.) Fundamentos Históricos da Educação no Brasil. 2ª ed. revisada e ampliada. Maringá: Eduem, 2009.
- KANT, I. Resposta à pergunta: que é o Iluminismo? (1784). In: KANT, I. A paz perpétua e outros opúsculos . Lisboa: Edições 70, 1989.
- LANCASTER, José. Sistema britânico de educação. Tradução de Guilherme Skinner. Porto: Tip. da Viúva de Alvarez & Filips, 1823.
- LUZ, Liliene Xavier. Empresas privadas e educação pública no Brasil e na Argentina. Educ. Soc., Campinas, v.32, n.115, p.437-452, abr./jun. 2011.
- MACIEL, Shizue Bomura Maciel; NETO, Alexandre Shigunov. A educação Brasileira no período pombalino: uma análise histórica das reformas pombalinas do ensino. Educação e Pesquisa, São Paulo, v.32, n.3, p. 465-476, set./dez. 2006.
- MACHADO, Maria Cristina Gomes. Manifesto dos pioneiros da educação nova (1932) e a construção do sistema Nacional de ensino no Brasil. In: ROSSI, Ednéia Regina; RODRIGUES, Elaine; NEVES, Maria Fátima. (Orgs.) Fundamentos Históricos da Educação no Brasil. 2ª ed. revisada e ampliada. Maringá: Eduem, 2009.

**MÉDICE, José.** História da Educação: documentos e instruções para estudo. Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium, 2011. <<http://www.unisalesiano.edu.br/salaEstudo/materiais/p191635d1618/material1.pdf>>

**NETO, Alexandre Shigunov; MACIEL, Lizete Shizue Bomura.** O ensino jesuítico no período colonial brasileiro: Algumas discussões. *Educ. rev. [online]*. 2008, n.31, pp.169-189. <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-40602008000100011](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40602008000100011)>

**NETO, Alexandre Shigunov; MACIEL, Lizete Shizue Bomura.** O professor e as propostas educacionais do Ratio Studio rum: algumas reflexões iniciais sobre a prática docente. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. (PUC/SP). Brasil. <<http://www.saber.ula.ve/bitstream/123456789/36794/3/articulo4.pdf>>

**NEVES, Maria Fátima.** O Método Lancasteriano e projeto de formação disciplinar do povo (São Paulo - 1808 - 1889). Tese (Doutorado em História) - Universidade Estadual Paulista. Assis, 2003.

**NEVES, Fátima Maria.** O método pedagógico de Lancaster e a instituição do Estado Nacional Brasileiro. In: ROSSI, Ednélia Regina; RODRIGUES, Elaine; NEVES, Maria Fátima. (Orgs.) *Fundamentos Históricos da Educação no Brasil*. 2<sup>a</sup> ed. revisada e ampliada. Maringá: Eduem, 2009.

**OLIVEIRA, Amanda Melissa Bariano de.** *Educação e religião no Brasil do século XVII. Padre Antonio Vieira e a escravidão*. Dissertação (Mestrado em História e Historiografia da Educação) - Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Maringá, 2012.

**OLIVEIRA, Rafael Barros de.** *Educação sem horizontes: como o corte do orçamento prejudica ensino e pesquisa*. 2017. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/educacao/educacao-sem-horizontes-como-o-corte-do-orcamento-prejudica-ensino-e-pesquisa-8fm20t1j65j4binv3xbgj2qt5>> <<http://www.gazetadopovo.com.br/educacao/educacao-sem-horizontes-como-o-corte-do-orcamento-prejudica-ensino-e-pesquisa-8fm20t1j65j4binv3xbgj2qt5>>. Acesso em: 04 out. 2017.

**PRADO JÚNIOR, Caio.** *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 1979.

**RIBEIRO, Maria Luisa Santos.** História da educação brasileira: a organização escolar. 2<sup>a</sup> ed. Campinas: Autores Associados, 2010.

**SANTANA, Ricardo.** Constituição trouxe avanços sociais. 2013. <<http://www.jcnet.com.br/Politica/2013/06/constituicao-trouxe-avancos-sociais.html>>

**SANTOS; José Douglas Alves dos; MELO, Aísha K. D; LUCIMI, Marizete.** Uma breve reflexão retrospectiva da educação brasileira (1960-2000): implicações contemporâneas. IX Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas "História, Sociedade e Educação no Brasil". Universidade Federal da Paraíba - João Pessoa - 31/07 a 03/08/2012 - Anais Eletrônicos - ISBN 978-85-7745-551-5. <[http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer\\_histedbr/seminario/seminario9/PDFs/7.23.pdf](http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/seminario/seminario9/PDFs/7.23.pdf)>

**SCHELBAUER, Analete Regina.** As bases da construção do sistema educacional durante o Segundo Reinado (1850-1889). In: ROSSI, Ednélia Regina; RODRIGUES, Elaine; NEVES, Maria Fátima. (Orgs.) *Fundamentos Históricos da Educação no Brasil*. 2<sup>a</sup> ed. revisada e ampliada. Maringá: Eduem, 2009.

**SECO, A. P. e AMARAL, T. C. I. do.** Marquês de Pombal e a Reforma Educacional Brasileira. 2006. <[http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/periodo\\_pombalino\\_intro.html](http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/periodo_pombalino_intro.html)>

VERALDO, Ivana. A educação brasileira na segunda metade do século XVIII (1759-1822). In: ROSSI, Ednélia Regina; RODRIGUES, Elaine; NEVES, Maria Fátima. (Orgs.) *Fundamentos Históricos da Educação no Brasil*. 2<sup>a</sup> ed. revisada e ampliada. Maringá: Eduem, 2009.

# Atividades

## 📝 Atividades - Unidade I

Durante o período colonial, a educação no Brasil esteve a cargo dos Jesuítas por meio da Companhia de Jesus criada por Inácio de Loyola em conjunto com mais seis padres a fim de propagarem o Cristianismo. Durante esse período foi criado o Ratio Studiorum. Assinale a assertiva correta sobre esse documento.

- A) Tinha por objetivo orientar, exclusivamente, os princípios do Cristianismo.
- B) Refere-se à alfabetização das crianças.
- C) Criado com regras e objetivos para orientar a educação, pautado em três graus de ensino.
- D) Era voltado, exclusivamente, para o ensino superior e profissional.
- E) Previa a formação de profissionais para o mercado de trabalho.

Os filhos dos portugueses tinham acesso a uma educação diferenciada da que era oferecida para os filhos dos gentios, que recebiam uma educação centrada no ensino das primeiras letras e na catequização, enquanto que, os filhos dos portugueses recebiam uma educação formal. Sobre a educação do século XVI, assinale a alternativa incorreta:

- A) O teatro e o canto eram bastante utilizados para o ensino das crianças.
- B) Para a fácil interpretação dos teatros para os gentios, elas eram escritas e encenadas na língua Tupi.
- C) Por meio dos teatros e cantos, o padre José de Anchieta apresentava mensagens cristãs a fim de tocar as almas dos alunos.
- D) No Brasil, o ensino escolar das províncias era transmitido de forma hegemônica pelos jesuítas.
- E) Eram aplicadas no Brasil todas as regras propostas pelo Ratio Studiorum.

Os Iluministas tinham como princípios básicos a igualdade jurídica, o racionalismo e a crença no progresso. Com base nesses princípios, acreditavam que a sociedade deveria ser transformada e que um poderoso instrumento para essa transformação dos homens seria a educação. Durante o século XVIII, disseminou-se pela Europa um conjunto de ideias pautadas nos princípios Iluministas que combatiam o Antigo Regime. Qual o principal país de influência?

- A) Inglaterra.
- B) França.
- C) Portugal.
- D) Brasil.
- E) Alemanha.

## Atividades - Unidade II

**O Estado assume a responsabilidade do ensino nos territórios de domínio português e as reformas pombalinas passam a estar diretamente ligadas à crise da colônia após a expulsão dos:**

- A) Portugueses.
- B) Indígenas.
- C) Jesuítas.
- D) Lancaster.
- E) Marquês de Pombal.

**Era preciso desenvolver entre os homens as civilidades necessárias ao mundo urbano que crescia sem perder de vista a submissão à monarquia e à Igreja. Diante disso, sobre as metas de ensino, assinale a assertiva correta.**

- A) Eram vistas aproximações entre a Igreja e o Estado, a fim de promover uma formação de um cidadão civil e cristão.
- B) A leitura e escrita tinham como objetivo a emancipação do homem.
- C) Visava atender as necessidades da coroa portuguesa de expulsão dos jesuítas.
- D) Somente para Deus era imposto o temor.
- E) A aliança entre a Igreja e o Estado não visava o desenvolvimento do Brasil Colônia.

**No Método Lancasteriano, as salas de aulas eram organizadas de acordo com as capacidades dos rapazes e não pela idade, já tendo como ideia a premiação ou a punição, na qual os alunos se avaliavam de forma mútua e contínua. Sobre as atividades propostas por Lancaster, assinale a assertiva correta.**

- A) Não havia disputas entre as classes por meio da realização das atividades.
- B) As punições eram uma forma de legitimar a dedicação dos alunos com seus estudos.

- C) As disputas eram longas e sem economia de tempo.
- D) Para Lancaster, toda atividade realizada sem mérito deveria ser premiada.
- E) Os pais eram informados das premiações de seus filhos por meio de cartas.

## Atividades - Unidade III

**Com a proclamação da República, diversos projetos são apresentados em prol da defesa pela intervenção do Estado voltado para o âmbito educacional. Sobre esse momento histórico, assinale a assertiva correta (p.3).**

- A) A educação privada nos seguintes anos passa a ser discutida no Congresso Nacional, imprensa e reuniões sobre a educação.
- B) A educação passa a não ser discutida mais no Estado.
- C) A educação passa a ser discutida somente na televisão.
- D) A educação tecnicista passa a ter caráter obrigatório.
- E) A educação pública passa a ser pauta também no Congresso Nacional, imprensa e fóruns de educação.

**Para que seja apresentado o projeto de educação na modernidade, se faz necessário que compreendamos qual a influência dos políticos e educadores da Primeira República e como atuavam. Sobre a modernidade, assinale a assertiva correta (p.4).**

- A) É preciso entender que a divisão era feita por momentos que não tiveram significação da estruturação anterior.
- B) Um dos marcos que provocaram mudanças significativas se caracteriza somente pelo cunho político.
- C) Os marcos que provocaram mudanças significativas são os de cunho cultural, econômico, político e educacional.
- D) O campo da educação na modernidade era influenciado, exclusivamente, pela economia.
- E) Nenhuma das alternativas.

**Os ideais do iluminismo tiveram muita influência na Europa e nos países das Américas entre os séculos XIX e XX, onde foram criados projetos voltados para a implantação de um novo modelo de escola. Sobre essa**

**nova constituição de escolarização assinale a assertiva correta(p.5).**

- A) O novo modelo de escola era pautado, exclusivamente, na religião.
- B) Os projetos eram voltados para a construção de um modelo de escola privada e paga.
- C) Criaram-se projetos voltados para a escolarização laica, gratuita, privada e somente para homens.
- D) Implantaram-se novos projetos de escolarização, voltados para uma educação universal para todos, laica, pública e gratuita.
- E) No Ocidente, esses novos ideais de projetos voltados para um novo modelo de educação tiveram grande efetivação.

## Atividades - Unidade IV

**Na Lei 5540/68 é exposta uma reforma universitária onde se fixa normativas para a organização e funcionamento do ensino superior que, em grande totalidade, estão sendo postas em prática até os dias atuais, no qual se encontra uma nova discussão referente a educação de nível superior. Sobre a Lei referida, assinale a assertiva correta (p.4-5):**

- A) Os cursos de graduação passam a ter duração mínima de três anos.
- B) Os vestibulares unificados e classificatórios.
- C) Durante um ano, todos os cursos são compostos de disciplinas em comum e, nos anos posteriores, são abordadas disciplinas específicas de cada área.
- D) O ciclo básico corresponde ao estudo de somente disciplinas específicas correlatas a cada área.
- E) A carreira acadêmica dos docentes não possui valor de título para promoção.

**Sobre a Lei 5540/68, assinale o que for correto:**

- A) É classificatório porque só ingressam aqueles candidatos que obtiverem as melhores médias em relação ao total das vagas;
- B) Os campus das universidades eram localizados em centros urbanos para uma maior organização e lutas dos estudantes.
- C) A pós-graduação estava articulada para a formação de técnicos e financiamento para a pesquisa tecnológica.
- D) A matrícula passa a ser feita por disciplina em regime anual.
- E) Criação de departamentos com a intenção de fragmentar o processo de ensino e desarticulação ante recursos, espaço e instalações.

**Referente ao ensino de primeiro grau da Lei 5692/71 é correto afirmar:**

- A) O ensino de 1º grau destina-se à formação integral do adolescente.
- B) O ensino de 1º grau terá três ou quatro séries anuais, conforme previsto para cada habilitação, compreendendo, pelo menos, 2.200 ou 2.900 horas de trabalho escolar efetivo, respectivamente.

- C) A conclusão da 3ª série habilitará ao prosseguimento de estudos em grau superior.
- D) O ensino de 1º grau será obrigatório dos 7 aos 14 anos, cabendo aos Municípios promover, anualmente, o levantamento da população que alcance a idade escolar e proceder à sua chamada para matrícula.
- E) O ensino de 1º grau terá a duração de oito anos letivos e compreenderá, anualmente, pelo menos 700 horas de atividades.